

CARLA GISELE DOS SANTOS MOTA

**Políticas habitacionais e os usos econômicos das residências: O caso do
Conjunto Habitacional Matadouro em Campos dos Goytacazes-RJ**

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE FLUMINENSE DARCY RIBEIRO

CAMPOS DOS GOYTACAZES-RJ

MARÇO - 2012

CARLA GISELE DOS SANTOS MOTA

**Políticas habitacionais e os usos econômicos das residências: O caso do
Conjunto Habitacional Matadouro em Campos dos Goytacazes-RJ**

**Dissertação apresentada ao Centro de
Ciências do Homem, da Universidade
Estadual do Norte Fluminense, como parte
das exigências para obtenção do título de
mestre em Políticas Sociais.**

Orientador: Prof. Hernán Armando Mamani

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE FLUMINENSE DARCY RIBEIRO

CAMPOS DOS GOYTACAZES-RJ

MARÇO - 2012

FICHA CATALOGRÁFICA

Preparada pela Biblioteca do **CCH / UENF**

021/2012

N917 Mota, Carla Gisele dos Santos

Políticas habitacionais e os usos econômicos das residências : o caso do Conjunto Habitacional do Matadouro em Campos dos Goytacazes – RJ / Carla Gisele dos Santos Mota -- Campos dos Goytacazes, RJ, 2012.
92 f. : il

Orientador: Hernán Armando Mamani

Dissertação (Mestrado em Políticas Sociais) – Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Centro de Ciências do Homem, 2012
Bibliografia: f. 80 - 86

1. Política Habitacional. 2. Favelas – Campos dos Goytacazes (RJ). 3. Comércio Informal. 4. Habitação (Espaço Social) – Campos dos Goytacazes (RJ). I. Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro. Centro de Ciências do Homem. II. Título.

CDD – 363.58098153

**Políticas habitacionais e os usos econômicos das residências: O caso do
Conjunto Habitacional Matadouro em Campos dos Goytacazes-RJ**

Carla Gisele dos Santos Mota

**Dissertação apresentada ao Centro de
Ciências do Homem, da Universidade
Estadual do Norte Fluminense, como parte
das exigências para obtenção do título de
mestre em Políticas Sociais.**

Aprovada em: 20 de março de 2012.

Comissão Examinadora:

Prof.^a Wânia Amélia Belchior Mesquita (Doutora em Sociologia / IUPERJ)

Prof. Geraldo Márcio Timóteo (Doutor em Sociologia / UFMG)

Prof.^a Érica Terezinha Vieira de Almeida (Doutora em Serviço Social / UFRJ).

Prof. Hernán Armando Mamani (Doutor em Planejamento Urbano e Regional / IPPUR-
UFRJ) – Orientador

**“Para quem tudo o que cantam
é simplesmente trabalho,
trabalho rotina, em série,
impessoal, não assinado”**

(O relógio, João Cabral de Melo Neto, *Morte e
Vida Severina e outros poemas em voz alta*)

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente aos moradores do Conjunto Habitacional Matadouro, pela receptividade e disponibilidade em colaborar com esta pesquisa.

Agradeço a minha mãe e tias, amigos e ao namorado, pelo apoio, paciência e interesse sobre o trabalho. Especialmente Yolanda, Paulo Heméritas, Ronaldo Vicente, Bárbara, Luiza e Tatiana, pelos momentos de descontração e aprendizado sobre a vida.

Ao meu orientador, professor Hernán Mamani pela perseverança e paciência. Agradeço sua disponibilidade e apoio desde o início, quando eu ainda era graduanda do curso de Serviço Social da UFF, lembro com agrado de nosso primeiro contato na Bienal do Livro em Campos.

Ao amigo de mestrado Juliano Soares Rangel pela convivência agradável, inteligente e humorada. Juliano é, sem dúvidas, um dos maiores talentos de nossa turma, presença marcante, que me chamou atenção desde o momento de seleção.

Aos professores do mestrado em Políticas Sociais pelos ensinamentos e incentivo.

Agradeço a FAPERJ pela concessão da bolsa de mestrado.

Aos colegas do Projeto NEA-BC pelo apoio para o término deste trabalho e ensinamentos profissionais.

Por fim, agradeço a todos que de alguma forma colaboraram para o final desta jornada.

SUMÁRIO

Lista de figuras	ix
Lista de Quadros	x
Lista de siglas	xi
Resumo.....	xii
Abstract	xiii
Introdução.....	14
Capítulo 1	
A política urbana em Campos dos Goytacazes e a configuração da cidade	22
Introdução	22
1.1 - Expansão urbana em Campos: Do discurso higienista ao Plano Diretor	23
1.2 - A configuração das favelas: Instabilidade e Transitoriedade.....	28
Capítulo 2	
A política habitacional de construção de conjuntos: o caso do Conjunto Habitacional Matadouro.....	33
Introdução	33
2.1- A política municipal de habitação (1988 – 2008).	36
2.2 - A nova política habitacional: Morar Feliz (2009 – 2011)	41
Capítulo 3	
Matadouro e sua história de bairro e favela.....	45
3.1 – A favela do Matadouro	45
3.2 – A ocupação nas ruínas do Matadouro	48
3.3 – O Conjunto Habitacional Matadouro.....	49
3.4 – Linhas de segregação na favela matadouro	54
Capítulo 4	
Lar e Negócio.....	57
Introdução	57
4.1- As práticas dos moradores do Conjunto Habitacional Matadouro e seu entorno	61
4.1.1 – Tipos de negócios e modos de trabalho	67

4.2- Trajetórias habitacionais e ocupacionais: Adaptação e prosperidade	71
4.3- As transformações cotidianas da vida em Conjunto	74
Considerações finais.....	77
Referências	81
Anexos	88

Lista de Figuras

Figura 1: Mapa urbano do município de Campos dos Goytacazes

Figura 2: Prédio do matadouro modelo, inaugurado em 1929.

Figura 3: Desenho da área da favela do Matadouro

Figura 4: Foto aérea Conjunto Habitacional Matadouro e arredores.

Figura 5: Foto do Conjunto Habitacional Matadouro (vista do prédio da UENF).

Figura 6: Foto de placa com o custo total da obra do Conjunto Habitacional Matadouro.

Figura 7: Foto da área interna do Conjunto Habitacional Matadouro

Figura 8: Foto de comércio no interior do Conjunto

Figura 9: Foto de comércio no interior do Conjunto

Figura 10: Foto de comércio no interior do Conjunto

Figura 11: Foto de comércio no interior do Conjunto

Figura 12: Foto de comércio no interior do Conjunto

Figura 13: Foto de comércio no interior do Conjunto

Lista de Quadros

Quadro 1: População total, urbana e rural do município de Campos dos Goytacazes (1940 – 2010).

Quadro 2: Evolução do número de favelas por década em Campos dos Goytacazes

Quadro 3: Cinco principais favelas com aumento e diminuição no número de domicílios ocupados (1996/2000).

Quadro 4: Conjuntos habitacionais construídos pelo programa ‘Pode entrar que a casa é sua’.

Quadro 5: Royalties e Participação Especial Campos dos Goytacazes (2000 – 2011)

Quadro 6: Tipos de negócios com a utilização do lar identificados no interior e proximidades do conjunto.

Lista de Siglas

PDUC – Plano de Desenvolvimento Urbano de Campos

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

BNH – Banco Nacional de Habitação

CEHAB – Companhia Estadual de Habitação

SNHIS – Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social

FNHIS – Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social

EMHAB – Empresa Municipal de Habitação e Saneamento

PMCG – Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes

UENF – Universidade Estadual do Norte Fluminense

CRAS – Centro de Referência de Assistência Social

PETI – Programa de Erradicação do trabalho Infantil

PAIF – Programa de Atenção Integral as Famílias

PSF – Programa Saúde da Família

Resumo

O objeto deste estudo é o uso econômico do lar e do espaço coletivo no Conjunto Habitacional Matadouro, construído, em 2008, para abrigar 228 famílias que habitavam barracos provisórios e habitações precárias na Favela Matadouro. Observou-se ao longo da pesquisa que algumas famílias, moradoras do conjunto, transformaram lar em negócio, fizeram de cômodos pequenas mercearias ou construíram barracas para venda de produtos no pátio interno do conjunto. Estes arranjos contrariam as regras e disposições do termo de permissão de uso que estabelece diversas restrições para utilização da moradia, além disso, verificou-se que a arquitetura original das casas e do espaço comum do conjunto foi alterada. Para a construção deste trabalho e alcance do objeto foram tocados temas como: a política urbana da cidade de Campos dos Goytacazes; a política habitacional de construção de conjuntos; a história da favela do Matadouro; e as trajetórias e práticas que ligam lar e negócio dentro do conjunto habitacional do Matadouro. Dentre as conclusões, foi apontada a disposição para práticas de comércio dentro do conjunto, como forma de adquirir renda e de alcançar considerável melhora de vida.

Palavras chave: Política habitacional; Favela Matadouro; Comércio.

Abstract:

The object of this study is the economic use of the home and collective space in the Matadouro Housing Project, built in 2008 to house 228 families who lived in temporary shacks and substandard housing in slum. It was observed during the research that some families living in housing project turned home on business, made of small grocery stores or rooms built tents for sale of products in the courtyard of the housing project. These arrangements conflict with the rules and regulations of the end use permission establishing various restrictions housing for use, in addition, it was found that the unique architecture of the home space and the common housing project has changed. For the construction of this work and scope of the object were touched topics such as urban policy of the city of Campos dos Goytacazes; housing policy of building housing projects, the story of Matadouro slum, and the trajectories and practices that connect home and business within Matadouro housing project. The conclusion was indicated willingness to trade practices within the housing project as a means of acquiring income and achieve considerable improvement of life.

Keywords: housing policy; Matadouro Slum; trade.

Introdução

O objetivo principal deste trabalho é identificar as práticas econômicas desenvolvidas dentro do Conjunto Habitacional Matadouro, em Campos dos Goytacazes, analisando o relato dos moradores do conjunto que desenvolvem atividades econômicas em seu interior.

O uso econômico do lar é uma prática comum em conjuntos habitacionais populares¹, que se apresentam, além da solução da problemática da moradia, como um recurso de reprodução², contrariando os supostos do “bem morar” implícitos nas políticas habitacionais. Neste sentido, ao contrário das políticas habitacionais, que projetam e preveem construções para uso meramente residencial, muitos moradores dão novos usos as residências. Conseqüentemente, é posta em discussão a relevância da política municipal de habitação, fortemente marcada pela proposta de remoção parcial ou integral de favelas, contudo, sem um projeto abrangente de urbanização e inclusão social³.

O interesse neste tema decorreu de uma simples observação: assim que os apartamentos do Conjunto Habitacional Matadouro foram concedidos, algumas famílias rapidamente atribuíram novos usos ao lar, transformaram cômodos em pequenas mercearias ou construíram precariamente barracas para venda de produtos no pátio interno do conjunto. Concomitante ao desenvolvimento destas atividades verificou-se que a arquitetura original dos apartamentos e do espaço comum do conjunto foi alterada⁴, contrariando as regras e disposições do termo de permissão de uso que estabelece diversas restrições para utilização da moradia.

¹ Conforme comprovação de Valladares (1978); Burgos (2005); e Simões (2008).

² Em analogia com as ciências biológicas, reproduzir significava achar meios de desenvolver-se, é a busca pelo alimento, abrigo, trabalho e procriação. Ao fazer uma análise sobre o sistema de estratégia de reprodução, Bourdieu (1996, p. 176) diz que é possível identificar esses tipos de ações em diversas sociedades, e o princípio para que essas estratégias se realizem é a pulsão familiar e o espaço da casa.

³ A política habitacional para fins de remoção se amplia a partir da década de 90, no modelo descentralizado de políticas públicas que garante maior autonomia política e fiscal a estados e municípios.

⁴ Este fato se repete desde o primeiro conjunto habitacional construído no Brasil (Cavalcanti e Guimaraens, 1984) porque impera uma inadequação entre o projeto habitacional e a prática.

Em resumo, as políticas habitacionais são formuladas para atender a uma ação tópica - construção de casas em local seguro e minimamente urbanizado – desvinculada de um projeto abrangente de inserção social. Os conjuntos habitacionais remodelam-se, pois os moradores buscam atender as suas necessidades, seja ampliando a casa, construindo novos espaços, ou conferindo usos não previstos no momento de construção do projeto. Tal fato revela a ausência da participação popular na elaboração dos projetos para construção dos conjuntos (Arruda, 2009).

Enfaticamente os projetos habitacionais são inadequados às práticas econômicas e sociais dos moradores⁵. Não atentam que a casa é um meio de reprodução utilizado pelos mais pobres para reduzir as desigualdades⁶. Sabe-se que, entre os pobres⁷, a casa e a família constituem recursos que permitem a sobrevivência, são condições de reprodução social e cultural que forjam um “modo de vida”⁸. Estudar os usos econômicos da moradia é, portanto, um estudo das práticas econômicas populares e suas estratégias de sobrevivência, sendo um estudo das práticas que constituem a “economia informal”.

Esta pesquisa se desenvolve no Conjunto Habitacional Matadouro, primeiro conjunto vertical do município de Campos dos Goytacazes. Entregue em 2008, possui 228 apartamentos e foi construído principalmente para atender famílias que ocupavam as ruínas e o terreno do antigo matadouro público, mas também serviu para a remoção de outras famílias que moravam em situação de risco. Situado à margem direita do rio Paraíba, o Conjunto Habitacional Matadouro localiza-se em favela de mesmo nome. Esta área da cidade apresenta um contínuo de habitações e condições urbanas precárias, as favelas ocupam o dique de contenção do rio e uma parte do terreno ao longo deste. A favela do Matadouro, por exemplo, limita-se com outras duas: Tira-Gosto e Goiabal. De outro modo, essas favelas também fazem fronteira com avenidas, condomínios de classe média e a Universidade Estadual do Norte Fluminense, desenhando uma realidade espacial ambígua e com traços de segregação.

⁵ Davis (2006).

⁶ Comunicação oral promovida por BHATT, Bijal. In: Debate temático aberto: desigualdades de renda nas cidades. *World Urban Forum 5*. Rio de Janeiro, 22-26 de março de 2010.

⁷ Para Lavinás (2002), a pobreza pode ser entendida como insuficiência de renda e recursos diretamente associados à dinâmica macroeconômica e ao regime de proteção social existente.

⁸ Lautier (1993).

O processo de formação de favelas é considerado efeito do rápido crescimento urbano, da escassez de terras urbanizadas com preços acessíveis, e da concentração de disparidades sociais e a ineficiência do estado em suprir moradias populares⁹. Sobre este último quesito, o caso do município de Campos dos Goytacazes é singular: mesmo com a implantação, em 1991, de uma Empresa Municipal de Habitação, e da atuação de outras secretarias municipais responsáveis pelos setores de habitação, saneamento e urbanização, até 2010 não havia sequer um cadastro municipal contendo informações sobre os projetos habitacionais feitos até então, as famílias beneficiadas ou o mapeamento do déficit habitacional¹⁰. Ainda para esta pesquisa, foi extraordinária a dificuldade de obter dados concretos, acesso a arquivos, plantas, cadastros, e até mesmo entrevistas.

O déficit habitacional do município, divulgado pelo Ministério das Cidades, em 2000, era de 12.300 unidades, número que diminuirá consideravelmente se a atual gestão cumprir com a proposta de construir 10.000 moradias populares¹¹ em todo o município. O público alvo é a população que habita em moradias precárias e, principalmente, não urbanizadas. É notória a remoção em margem de rodovias, rios e lagoas de diferentes regiões da cidade, em contrapartida, surgem enormes comunidades formadas por conjuntos habitacionais, que chegam a agregar mais de 400 casas por conjunto. A adoção da prática de remoção como forma de suprimir as favelas foi intensamente adotada a partir da década de 60, segundo Valladares (1978, p. 24): “com o objetivo de eliminar as favelas e transferir suas populações para outros locais”. Hoje o Estado pensa adotar medidas mais modernas, como a pacificação. Estes tipos de ações evidenciam que as favelas são, ao longo do tempo, vistas pelo poder público como um problema, e não como uma solução encontrada pelos mais pobres para resolver as necessidades básicas para a reprodução.

Apesar de proporcionar melhores condições de moradia para a população pobre, a política de remoção, segundo alguns autores, implica também em desdobramentos de efeitos negativos, como a distância do trabalho, gasto com locomoção e custos com serviços públicos de água e luz (Perlman, 1977, Valladares, 1978). Sem condições de

⁹ Perlman (1977), Abramo, 2002; Cardoso, 2007

¹⁰ UNESPCIência. *Pobres cidades ricas*. 5ª Ed. Fevereiro, 2010.

¹¹ Casas construídas através do Morar Feliz, programa de habitação social da prefeitura de Campos dos Goytacazes. Planejada em duas etapas, a primeira fase da obra já está em andamento e prevê a construção de 5.100 casas orçadas em R\$ 357 milhões. Ver http://www.campos.rj.gov.br/portal/exibirNoticia.php?id_noticia=954 em 05 de abril de 2010.

arcar com novas despesas, muitos moradores de conjuntos habitacionais acabam caindo na inadimplência, o que finda no agravamento da situação de pobreza.

Os apartamentos do Conjunto Habitacional Matadouro proporcionam aos removidos 52m², três quartos, sala, cozinha, banheiro e área de serviço. No entanto, em apenas dois anos de uso, a construção já apresenta sinais de deterioração, as infiltrações são visíveis, há vazamento de esgoto, o teto de gesso já desabou em alguns apartamentos e a área de lazer prometida no terreno do antigo matadouro público, localizado ao lado do conjunto, até hoje não saiu do papel. Outros problemas são também citados pelos moradores: a dificuldade na convivência, a falta constante de água e o fortalecimento do tráfico de drogas¹².

O poder público reconheceu saber dos problemas no Conjunto do Matadouro, porém, vem se eximindo de reparos ou ações mais diretas para contornar conflitos de convivência ou outros problemas identificados¹³. Desse modo, ficou constatado o clima de insegurança entre os moradores do conjunto, que ficam apreensivos com notícias não oficiais. Além disso, ainda persiste a espera por melhorias urbanas no entorno do conjunto.

Aos moradores comerciantes, que praticam atividades comerciais no interior do conjunto ou nos apartamentos, também persiste um clima de insegurança, já que transformações no espaço coletivo ou utilização da casa para fins comerciais não são permitidas pelo poder público. Contudo, medidas repressivas despontam apenas como suposição e, assim, os moradores seguem trabalhando, inclusive são identificados pontos de obras, sugerindo que novos comércios serão abertos no conjunto.

Para a construção deste trabalho foi necessário o levantamento de dados através de instrumentos metodológicos diversos: Técnica de observação participante utilizada com os moradores-comerciantes do Conjunto Habitacional Matadouro; Aplicação de questionários com os moradores-comerciantes; entrevistas Semi-Estruturadas com os

¹² Há denúncias de que o tráfico de drogas chegou a ocupar alguns apartamentos e a expulsar moradores do conjunto, conforme verificado pelas polícias civil e militar através de operação realizada em maio de 2010. *Operação Paradigma” cumpre mandados em 228 apartamentos do Matadouro*. In: <http://in360.globo.com/rj/noticias.php?id=9234>, 15 de maio de 2010.

¹³ Juntamente com a Operação Paradigma realizada pela polícia, a prefeitura municipal, através do setor de habitação, vistoriou todos os apartamentos do Conjunto do Matadouro, identificando número considerável de irregularidades, como venda, troca e aluguel de apartamentos.

moradores da favela e do Conjunto Habitacional Matadouro, além de utilizar esta técnica com representantes de órgãos públicos; e, coleta de dados secundários.

A observação participante empregada nesta pesquisa foi continuamente realizada entre os anos de 2009 e 2010, permitindo uma exploração do ambiente, reconhecimento da rotina e das teias de relações desenvolvidas no Conjunto Habitacional e entre os moradores-comerciantes. Esta técnica favoreceu a apresentação do pesquisador no lugar, introduzindo seu tema de pesquisa, suas justificativas e reconhecendo permissões para seu desenrolar da pesquisa e a aplicação de outros instrumentos, já que “o pesquisador é um observador que esta sendo todo o tempo observado” (VALLADARES, 2007, p. 154).

Posteriormente foi realizada uma rodada de visitas guiada por um pequeno roteiro, que continha questionamentos para identificar tipos de trajetória e atual situação dos moradores comerciantes. Desta forma, esta técnica pôde se desenvolver através de conversações que possibilitaram ouvir os sujeitos acerca dos locais de moradia, usos que atribuíam ao lar e das implicações da mudança para um conjunto habitacional em suas vidas. Este método compôs um quadro referencial de trajetórias, projeções e expectativas de futuro que expressam as atuais condições de moradia e as novas práticas de comércio empreendidas nos apartamentos ou no pátio do Conjunto Habitacional. Os relatos, dados e impressões estão registrados em Cadernos de Campo.

Os questionários aplicados (Anexo 1) foram direcionados aos moradores-comerciantes mais em evidência dentro do Conjunto Habitacional, além destes, também foram aplicados questionários com dois moradores da favela do Matadouro que se encaixavam dentro da descrição chave para identificar os sujeitos desta pesquisa: “Utilizar economicamente o lar”. Ressalta-se que os comerciantes entrevistados na favela do Matadouro possuíam suas casas e comércios muito próximos ao Conjunto Habitacional, mais especificamente na parte frontal do Conjunto e por isso exerciam forte relação com os moradores deste.

A aplicação dos questionários foi realizada no mês de fevereiro de 2011, e no total foram aplicados 12 questionários, sendo 11 comerciantes e um vendedor ambulante que usava sua residência para manipular produtos de limpeza. Na confecção dos questionários foram priorizados os seguintes dados:

- O processo de remoção
- Trajetória Ocupacional
- Avaliação do trabalho dentro do lar
- Tipo de atividade
- Situação socioeconômica
- Convivência e organização dentro do Conjunto
- Dados pessoais (escolaridade, composição e renda familiar, quantidade de pessoas no mesmo apartamento, etc.)

As entrevistas semi-estruturadas foram aplicadas com líderes comunitários (presidente e ex-presidente da Associação de Moradores do Matadouro), o que possibilitou conhecer a história do Matadouro, os avanços e, especialmente, as dificuldades enfrentadas por seus moradores.

Este método também foi utilizado para alcançar as respostas dos órgãos públicos sobre a política habitacional e a construção do Conjunto Habitacional Matadouro. A entrevista que deveria ser realizada na Empresa Municipal de habitação – EMHAB caracteriza-se mais pela tentativa e, como resultado, foram apenas concedidas conversas informais feitas por telefone ou pessoalmente. Outro órgão público abordado foi a Secretaria Municipal de Família e Assistência Social¹⁴, para onde foi elaborado um roteiro de perguntas (Anexo 2) abertas sobre as políticas habitacionais do município (Programa “Pode Entrar que a Casa é Sua” e Programa “Morar Feliz”, posterior a entrega do roteiro foi realizado um encontro com o Senhor André Ventura – coordenador do Programa Morar Feliz, que forneceu informações sobre as questões do roteiro, que vertiam sobre:

- A política habitacional do município;
- Erradicação das favelas do município;
- Fontes de financiamento;

¹⁴ Antiga Secretaria Municipal de Promoção Social.

- Controle e manutenção dos conjuntos habitacionais;
- Projetos habitacionais;
- Posicionamento do órgão para os moradores que não cumprem o termo de concessão de uso do apartamento, inclusive para práticas de comércio;
- Modificações nos conjuntos habitacionais;

Além destas técnicas, foi realizado um levantamento documental em órgãos públicos e no site da Prefeitura Municipal; notícias em jornais impressos e eletrônicos sobre problemas e conflitos na favela e no Conjunto Habitacional;

A composição deste estudo é dividida em quatro capítulos. No primeiro capítulo, serão expostos os modelos adotados ao longo do tempo para urbanização da cidade de Campos dos Goytacazes, baseados em planos urbanísticos e na evolução da legislação urbana. Além disso, será contemplado o modo como a cidade se configurou, entre áreas urbanizadas e zonas favelizadas, dando especial atenção a favela do Matadouro, área onde se localiza o Conjunto Habitacional Matadouro.

O segundo capítulo se destina ao acompanhamento das políticas públicas municipais no município de Campos dos Goytacazes, especialmente para o período após a descentralização, quando, então, foi dada ênfase a política de construção de conjuntos. Nesse viés, serão analisados separadamente dois momentos distintos da política de construção de conjuntos habitacionais no município.

Uma descrição sobre o território da favela do Matadouro é realizada no terceiro capítulo, nela será feita uma descrição sobre a favela e as ruínas do Matadouro. Após, será dada especial atenção ao processo de construção do Conjunto Habitacional Matadouro e sobre o processo de segregação entre a favela, o conjunto e os bairros vizinhos.

Finalmente, o quarto e último capítulo abordará o objeto principal deste estudo, a utilização do aparelho habitacional para atividades econômicas a partir da metodologia adotada para esta pesquisa, que envolveu observação participante, aplicação de questionários e entrevistas não estruturadas. Neste sentido, serão identificados os tipos de negócio e os modos de trabalho no interior do conjunto; as trajetórias habitacionais e

ocupacionais dos moradores comerciantes; e por fim, uma análise sobre as transformações cotidianas da vida no conjunto, apontando especialmente para as transformações físicas realizadas pelos moradores.

Capítulo 1

A política urbana em Campos dos Goytacazes e a configuração da cidade

(...) Uma nova favela está começando a aparecer na margem direita do Rio Paraíba, em Guarus, defronte a rua João Fernandes, sem que as autoridades tenham tomado conhecimento da instalação (...). Quem passa pela avenida, entretanto, não percebe a presença dos barracos na beira rio, mas, se olhar pelo lado da cidade, verá que a mini favela começa a dar sinais de vida e muito rapidamente. [Monitor Campista (1986) apud Carvalho (2005)]

Introdução

A configuração urbana de Campos dos Goytacazes é marcada pelas escolhas, planos e leis que ordenaram e embelezaram a cidade. Seu passado próspero, decorrente de suas atividades econômicas ligadas à produção de açúcar e álcool, tornou a cidade uma referência urbana, influenciando na formação de novos municípios no norte/noroeste fluminense no século XIX e XX (Carneiro *et al.*, 2006). Contudo, os projetos urbanísticos adotados ao longo do tempo não alcançaram toda a extensão da cidade, por isso, o crescimento urbano da cidade ocorreu de forma desorganizada. O efeito é uma configuração que apresenta áreas desprivilegiadas urbanamente e segregadas. Como expoente dessa situação houve o surgimento de favelas e áreas desprovidas de uma política urbana eficaz.

Para contornar este quadro, nos últimos anos, a municipalidade tem dado especial importância às políticas urbanas, principalmente as políticas habitacionais, como forma de minimizar o déficit habitacional e amenizar as desigualdades sociais de uma parcela da população.

Neste capítulo serão discutidos os planos e leis adotados para a urbanização da cidade e suas consequências, tanto favorecendo a firmação de áreas urbanizadas/privilegiadas, quanto constituindo zonas favelizadas. Num primeiro momento serão apresentados os planejamentos urbanos adotados em Campos dos Goytacazes: a) legislação municipal (câmaras municipais) – Século XIX; b) Plano urbanístico de Saturnino de Brito – Século XX; c) Plano Coimbra Bueno – a partir de 1944; d) PDUC (Plano de Desenvolvimento Urbano de Campos) – 1980; e) Plano Diretor – a partir de 1990. Em um segundo momento este capítulo se detém na descrição da configuração das favelas em Campos dos Goytacazes, apontando as causas para o surgimento e crescimento de áreas faveladas.

1.1 - Expansão urbana em Campos: Do discurso higienista ao Plano Diretor

No início do século XIX as Câmaras Municipais possuíam arbítrio para criar códigos municipais para regulação de posturas. De efeito moralizante, os Códigos de Postura normatizavam o *comportamento dos cidadãos no que tange aos aglomerados urbanos*. Reconhecidamente a primeira forma de legislação urbanística posta em prática no Brasil, tecia regras sobre arruamentos, salubridade pública, comércios, moralidades, etc. (Carneiro et al.,2006). Os Códigos de Postura criados no século XIX, em Campos dos Goytacazes, apresentavam os primeiros planos urbanísticos da cidade, que demonstravam uma preocupação sobre normas de construção, arruamentos, salubridade e a moradia da população pobre. Para D’Oliveira (2002), nesses planos já era possível identificar a presença da corrente higienista, que prezava pela análise e controle do ambiente insalubre e da organização do equipamento urbano, como forma de controle à ocupação desordenada e à proliferação das doenças da época.

O Plano de Saturnino de Brito (1903) mostrava-se um projeto urbano e sanitaria, principalmente devido a doenças¹⁵ que assolavam a cidade e exigiam soluções sanitárias. O plano de Saturnino exprimia uma preocupação com o ordenamento urbano e a qualidade da saúde, decorrendo em intervenções nos córregos; sistema de abastecimento e saneamento; afastamento de atividades “suas”; e definições sobre a habitação popular. O projeto apresenta-se como inovação, dotado de uma força de transformação social manifesta, mas segundo Carneiro *et al.* (2006, p 11) isso “não

¹⁵ Desastres naturais, o relevo alagadiço da cidade e o amontoamento de habitações precárias e atividades “suas” conduzem a uma situação epidêmica na cidade. Faria (2004) enfatiza a preocupação das autoridades com a erradicação da peste bubônica.

significa que fosse para atender à população carente, porém, era mais uma medida de evasão da população “insalubre” do centro da cidade, possibilitando, com isso, maior fluidez da elite local, tanto econômica quanto privada”.

A concepção do plano demonstrava que não era apenas o meio físico insalubre o causador de certo caos urbano, mas é a própria cidade o cerne do problema. Percebe-se, neste momento, a preocupação das autoridades com uma parcela da população que vivia em condições habitacionais precárias, a exemplo dos cortiços. Como demonstra Faria (2004), as autoridades municipais preocupavam-se com a forma de habitação das populações mais pobres, adotando uma política de demolição e reforma de antigos casebres ou cortiços, tomando expansivamente o discurso da higiene¹⁶. Sobre isso Faria (2004, p. 80) diz que

Estes discursos sobre higiene vão se repetir indefinidamente, durante toda a primeira década do século XX. Ele evidencia as contradições existentes entre as várias representações possíveis da cidade, onde a crítica atinge principalmente o urbano, que começa a ser entendida como um objeto de uma ciência específica, o urbanismo. (FARIA, 2004, p. 80)

Especificamente em Campos, o urbanismo adotado à época era mais discursivo e pouco interventivo, refletia discursos e representações de uma modernidade pretendida, mas não alcançada. No início do século XX a condição de vida dos pobres pouco foi modificada, eles permaneciam à margem da modernidade promovida por meio de reformas e transformações que se limitavam à área central da cidade e tinham como principal objetivo o embelezamento e a dotação de símbolos do progresso e da imagem de modernidade, evidentes, principalmente, pela reforma de praças e edifícios e pela expansão das estradas de ferro. Quanto aos pobres, eles continuavam à margem do desenvolvimento e do processo de modernização. Segundo FARIA (2004), a situação de vida continuava a ser precária e, naturalmente, estes grupos eram “empurrados” para áreas mais distantes do centro, a periferia, onde serviços de infraestrutura eram inexistentes e onde a condição natural do ambiente (pântanos e alagados) não era favorável.

¹⁶ De acordo com D’Oliveira o discurso higienista consistia em analisar lugares insalubres por si, como cemitérios e matadouros, controlar a circulação dos elementos naturais e organizar os equipamentos urbanos, enfocando a necessidade da salubridade (CARNEIRO et al., 2006).

A expansão da cidade expressou uma desordem, em que bairros distantes não se articulavam com a área central. Essa desarticulação experimentada no início do século XX já sinalizava a dualização entre centro e periferia, uma das formas de segregação mais comuns nas grandes cidades¹⁷. Desta forma, ficou evidente a necessidade de promover um desenvolvimento social/moral da cidade, em detrimento ao desenvolvimento adotado, que era apenas estético/espacial¹⁸ (FARIA, 2004). Considerado isto, os gestores municipais da época desenvolviam reformas e encomendavam/elaboravam planos que tinham como objetivo aproximar o centro da cidade dos bairros mais distantes, dotando a cidade de vias de acesso, por exemplo.

O segundo plano adotado na cidade, o plano da empresa Coimbra Bueno em 1944, tentou introduzir nas reformas pontuais, que priorizavam o embelezamento e a renovação modernista focados apenas na área central, um urbanismo novo¹⁹. O plano Coimbra Bueno, posto em prática pelo prefeito Salo Brand, acrescentava à visão higienista, adotada anteriormente no município, “uma visão geográfica e histórica da cidade de Campos em um verdadeiro reflexo das ideologias progressistas que o Urbanismo, enquanto Ciência, estava trazendo para o Brasil” (CARNEIRO *et al.*, 2006, p. 15).

A execução do plano urbano Coimbra Bueno não foi efetuada em sua totalidade, contudo, o fato de conter regras para a expansão e o adensamento urbano da cidade serviu de base para obras e modificações futuras. A atenção dada ao acesso entre os bairros periféricos e a área central da cidade foi inovadora, pois promoveu a expansão e consolidação de bairros periféricos²⁰, assim como a delimitação entre as zonas urbana, suburbana e rural (D’Oliveira, 2002). Conforme Faria (2004, p. 88), o plano Coimbra

¹⁷ Autores como Villaça (2001) e Correa (1995) discorrem sobre a desigualdade espacial entre o centro (área atrativa, equipada com serviços urbanos públicos e privados, ocupada pelas camadas com maior poder aquisitivo) e a periferia (área distante do centro, subequipada e ocupada, predominantemente, por populações menos favorecidas).

¹⁸ Esta nova forma de intervenção no espaço urbano decorre de uma industrialização crescente e da consolidação do modo de produção capitalista. A partir de então, a mudança no espaço urbano refletia as ideologias progressistas que o urbanismo enquanto ciência estava trazendo para o Brasil, e que já eram utilizadas na Europa como *modus operandi* na produção das cidades. E não só o urbanismo europeu influenciou novos planos e reformas urbanas no Brasil, o *Town Plain* inglês e o *City planning* americano também possuem importância nesta nova fase. Esta última corrente, em especial, foi adotada na capital do estado do Rio de Janeiro e região norte fluminense pelo engenheiro francês Alfred Agache. (FARIA, 2004; D’Oliveira, 2002).

¹⁹ Para Faria (2004, p. 83) “o urbanismo recém nascido deveria responder às novas necessidades da sociedade e da economia”.

²⁰ Como Parque Tamandaré, Turfe e Parque Guarus (Carneiro et al., 2006)

Bueno, “apoiado nos princípios do urbanismo científico, marcou um novo corte na história urbana de Campos”.

Apesar desses precedentes, a formação de áreas periféricas se acentuou na cidade, sobretudo a partir da década de 50, com a chegada de pessoas afastada do campo pela crise que afetou, principalmente, o setor de produção de açúcar e álcool²¹. Sem um local de moradia na cidade, esses grupos migrantes ocuparam áreas mais distantes do centro. Essas novas ocupações demarcaram definitivamente a formação de uma periferia²². Essa morfologia urbana caracterizada segundo a oposição centro-periferia foi identificada e questionada pelo PDUC (Plano de Desenvolvimento Urbano de Campos) de 1980.

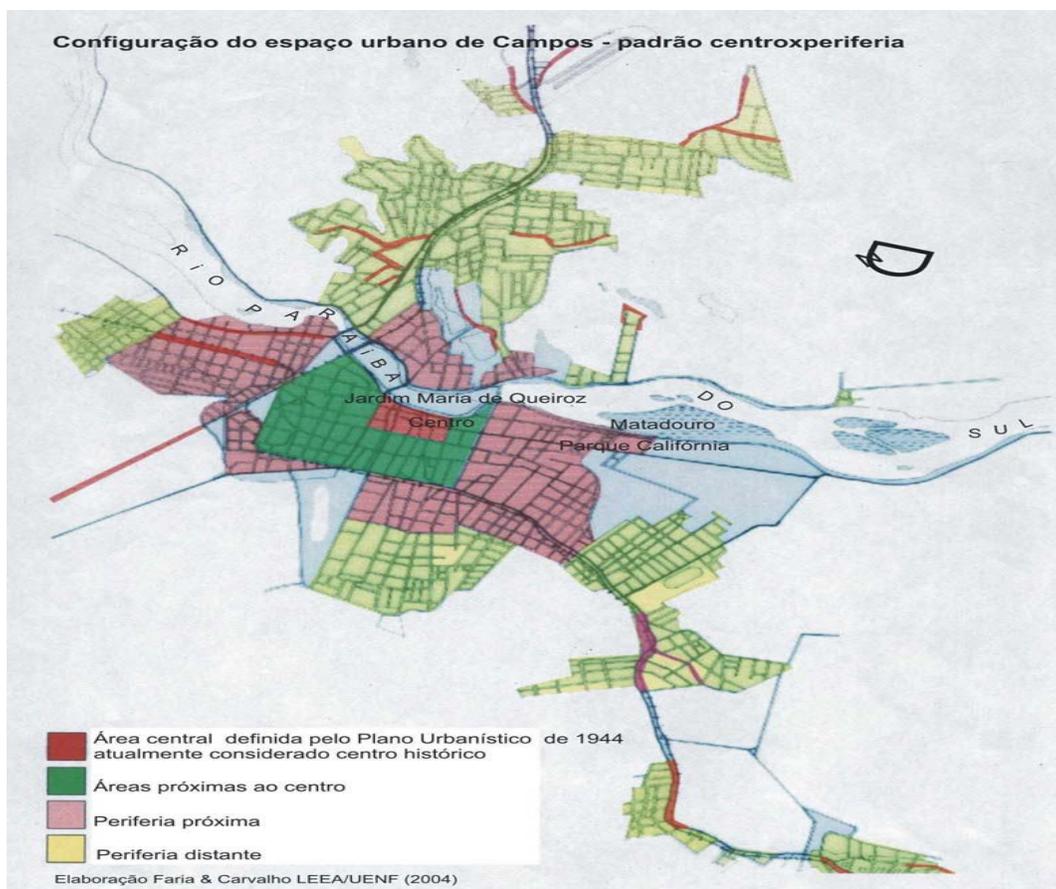


Figura 1: Mapa urbano do município de Campos dos Goytacazes. Fonte: Estudo elaborado a partir do mapa de 1978 (PDUC) atualizado em 1997 (Faria, 1998) com base em planta da cidade elaborada pela Prefeitura em 1994. IN FARIA, 2005

²¹ Sobre o processo de migração campo x cidade será melhor retratado no item 1.2 que trata sobre a formação de favelas na cidade de Campos dos Goytacazes.

²² Cruz (2004); Carneiro *et al.* (2006)

O PDUC tinha o objetivo de organizar a legislação urbanística da cidade, promovendo um desenvolvimento mais integrador²³. Contudo, a política urbana de Campos distancia estudos e planos de uma intervenção pontual, fica perceptível que ao longo da história os planos urbanísticos identificavam os pontos de expansão da cidade e os usos adotados em cada área, porém, as intervenções foram tímidas, se restringindo, às áreas centrais da cidade. Mesmo assim, seus instrumentos de ordenamento urbanístico serviram de base para a elaboração do primeiro Plano Diretor da cidade, quase 10 anos depois²⁴ (CARNEIRO *et al.*, 2006).

O Plano Diretor, de 1990, apresenta-se como instrumento de regulação da gestão e desenvolvimento urbano das cidades com mais de 50.000 habitantes. O Plano elaborado em Campos dos Goytacazes em 1990 apresentava como intenção

a promoção do pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade, com a melhoria da qualidade de vida da população e a criação de novas bases para o revigoramento das atividades econômicas no município, revertendo o quadro de segregação social hoje dominante. (PMCG, 1990, p. 3)

Revisado em 2008, o Plano Diretor de Campos dos Goytacazes tratou mais detalhadamente sobre as diretrizes de sua política habitacional, principalmente no tocante as áreas de interesse social, que receberiam maior atenção no provimento de políticas de urbanização e habitação. Contudo, a atuação sobre estas áreas implicava na necessidade do controle sobre a identificação e cadastramento das favelas e loteamentos irregulares, bem como das reais necessidades habitacionais da população, no entanto, estas ações são geralmente esquecidas pelos municípios (ARRUDA, 2009).

A sobreposição de planos e regulações urbanísticos favoreceram uma tímida mudança tendencial na ocupação urbana, predominante ainda pela diferenciação entre centro e periferia. Em Campos dos Goytacazes essa mudança tendencial pode ser observada em antigos bairros, que devido à intervenção urbana e dotação de equipamentos, ganham padrões de centralidade com a expansão de novos centros comerciais, condomínios fechados e áreas que oferecem lazer e diversos serviços. O surgimento de novas

²³ O PDUC agregava o conjunto de diretrizes urbanísticas do Município, inclusive, assimilando os pressupostos do Plano Coimbra Bueno, elaborado em 1940.

²⁴ Para Carneiro et al. (2006), o PDUC assumiu a erroneamente a natureza jurídica do plano diretor, que só viria ser implantado dez anos depois.

centralidades, conseqüentemente, é resultado e produz a dinâmica espacial da segregação (CARVALHO, 2005). Todavia, ainda é contundente a diferenciação entre áreas urbanizadas e periféricas. A formação de favelas é um destes expoentes, se ao poder público parece um problema à ordem urbana, aos pobres, as favelas solucionam paliativamente seus problemas de moradia.

1.2 - A configuração das favelas: Instabilidade e Transitoriedade

Entre os anos de 1950 e 2010 a população total do município de Campos dos Goytacazes duplicou, passando de 237.633 para 406.279 habitantes. Houve uma inversão na população moradora de área urbana e de áreas rurais. Se em 1950 apenas 35% da população campista morava na zona urbana, em 2000, 89% do total da população estava morando na cidade, acompanhando uma tendência nacional.

QUADRO 1: POPULAÇÃO TOTAL, URBANA E RURAL DO MUNICÍPIO DE CAMPOS DOS GOYTACAZES – 1940/2010.

Anos	Total		Urbana		Rural	
	N	%	N	%	N	%
1940	223.373	100	66.644	30	156.729	70
1950	237.633	100	83.088	35	154.545	65
1960	292.292	100	131.974	45	160.318	55
1970	321.370	100	177.871	55	143.499	45
1980	348.461	100	203.399	58	145.062	42
1991	389.109	100	324.667	83	64.442	17
1996	389.547	100	333.604	86	55.943	14
2000	406.279	100	363.489	89	42.790	11
2010	463.731	100	418.754	90	45.006	10

Fonte: IBGE, Anuário Estatístico do Brasil de 1947/1950 e 1960, Anuário geográfico do Estado do Rio de Janeiro, 1970 e 1980, Censo Demográfico de 1991, Contagem populacional de 1996, censo demográfico 2000 e Censo Demográfico 2010 (Modificado de PÓVOA, 2002).

Este fluxo migratório pode ser explicado pela crescente decadência de setores agrários no norte/noroeste fluminense a partir da década de 60, principalmente para Campos dos Goytacazes, que sustentava sua economia com a agroindústria açucareira. Postos de trabalho no setor foram drasticamente reduzidos em consequência do fechamento de

usinas e da tecnificação das poucas que resistiram à crise do açúcar e álcool²⁵. A mudança nas condições de assalariamento dos trabalhadores rurais impulsionou o êxodo rural. De acordo com CRUZ (2004, p. 89):

foram 35.000 postos de trabalho perdidos e praticamente o mesmo tanto de mão-de-obra deslocada para o mercado de trabalho urbano, desqualificada em virtude dos baixos níveis de instrução, de educação formal e das condições precárias de vida.

Na cidade estes trabalhadores ocupavam-se com serviços considerados não-qualificados e encontravam uma estrutura urbana que não estava preparada para receber tamanha expansão. A formação de favelas²⁶ é efeito da crise de emprego e moradia, é a alternativa encontrada para famílias pobres e indigentes²⁷, recém chegadas do campo, que não encontram trabalho senão em biscates mal remunerados ou em serviços domésticos e comerciais ligados às unidades habitacionais (CRUZ, 2004).

Há consenso²⁸ quanto ao fato do êxodo rural em Campos ser consequência da progressiva falência do setor sucroalcooleiro e da mudança na condição de assalariamento de trabalhadores rurais. Esse êxodo é considerado o fator propulsor da formação de favelas na cidade, apesar disso, há poucos estudos abrangentes que contemplem a história e a identidade do espaço urbano de Campos, em especial da formação urbana das favelas do município, e os dados oficiais e notícias de jornais são pouco confiáveis (CARVALHO, 2005).

²⁵ De acordo com Póvoa (2002, p. 26), a decadência do setor sucroalcooleiro teve início nos anos 50, quando a região possuía em torno de 31 usinas, a modernização concentrou o parque industrial em 17 usinas nos anos 70. Já no início do ano 2000, eram contabilizadas apenas 9 usinas. Atualmente Campos possui apenas três usinas em funcionamento (CIDAC, 2011).

²⁶ Para Perlman (1977), a formação de favelas é uma calamidade inevitável, consequência “natural” do rápido crescimento urbano, some-se às causas desse processo a escassez de terras urbanizadas com preços acessíveis, a concentração de disparidades sociais e a ineficiência do estado em suprir moradias populares (ABRAMO, 2002; CARDOSO, 2007).

²⁷ Segundo dados fornecidos por CRUZ (2004, p. 85), o índice de indigência – percentual da população com renda per capita inferior a 80 reais - em Campos dos Goytacazes era, em 1970, de 30,80%. Já no ano 2000, 28,88% da população campista era pobre ou indigente. A comparação entre os anos demonstra que uma linear degradação da qualidade de vida da população de Campos dos Goytacazes, atribuída, de acordo com o autor, “na natureza e dinâmica do padrão de desenvolvimento do Norte Fluminense e do seu mercado de trabalho regional, vistos historicamente”.

²⁸ Carvalho (2005); Arruda (2009); Póvoa (2002).

Quando são divulgadas pesquisas sobre o número de favelas que a cidade de Campos dos Goytacazes possui, há divergências nos números apresentados²⁹. Essa divergência é atribuída aos diferentes critérios utilizados na identificação do que seja uma favela, visto que muitos núcleos com habitações rústicas e irregulares não são considerados favelas nos levantamentos oficiais feitos pelo IBGE porque não englobam 50 unidades. Os diagnósticos realizados pelo Observatório Socioeconômico da Região Norte Fluminense também atentam para este fato:

De uma forma paradoxal, também neste período, já se podia observar novos núcleos de habitação de características também rústicas e simples como nas favelas, em terrenos também invadidos ou outros em terrenos próprios de alguém do novo núcleo de habitação, em diferentes bairros da cidade. Estes núcleos não se caracterizam como favela dentro do conceito do IBGE que exige a presença de, pelo menos, 50 domicílios de construção rústica e em terreno invadido para ser considerada como favela. Muitos bairros da cidade como Penha, Jóquei Clube, Turfe, Parque São Benedito, diversos bairros de Guarus e muitos outros da cidade passaram a ter terrenos com 4, 5, 6 ou mais barracos ocupados por famílias que não se caracterizavam por favela, mas que em nada diferem, na essência, das condições de vida destas. (Pessanha, 2001, p. 20)

Independente dos problemas de definição de quantas favelas há na cidade e onde se localizam, a história sobre a formação das favelas pode ser recuperada. De acordo com Póvoa (2002)³⁰, as primeiras favelas de Campos surgiram nos anos 40, figuravam entre estes aglomerados a Vila Tamarindo, o Parque Bela Vista e a favela Rio Ururaí. A expansão desse tipo de ocupação se acentuou nos anos 60, quando surgiram 15 favelas. Esse número não se deteve, nos anos de 1991 e 1996 os censos identificaram 32 favelas, número inalterado no censo de 2000. Porém, uma recente pesquisa divulgada pelo IBGE revela que o número de favelas em campos decresceu. O censo de 2010 contabilizou 27 favelas em Campos dos Goytacazes (ver Quadro).

Contudo, novamente é pontuado que os dados oferecidos pelo IBGE podem ser questionados, principalmente pelos critérios e metodologia para delimitação do território adotados na identificação de áreas faveladas. Se no ano de 2000 Campos

²⁹ Em pesquisa do IBGE nos anos de 1991 e 2000, foi divulgado que a cidade possuía 32 favelas. Entretanto, em pesquisa promovida por CRUZ, que utilizou dados do IBGE, da Prefeitura de Campos, da COOPERCREDI, CIDE/SESPLAN, CEF e IPEA, esse número era de 37 favelas no ano de 1996 (PESSANHA, 2004; CARDOSO, 2005).

³⁰ Póvoa utiliza dados do levantamento feito através de entrevistas com moradores antigos e lideranças comunitárias, no período de outubro a novembro de 2001, para a pesquisa “Formação e evolução das favelas em Campos dos Goytacazes”, do Laboratório de Estudos da Sociedade Civil e do Estado (LESCE), da Universidade Estadual do Norte Fluminense – UENF.

possuía em torno de 32 favelas, com um total de 16.876 moradores, e no ano de 2010 esse número decaiu para 27 favelas, com um total de 15.777 moradores, conclui-se que apesar de significativa a diminuição no número de favelas, houve um adensamento das ainda existentes.

QUADRO 2: EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE FAVELAS POR DÉCADA EM CAMPOS DOS GOYTACAZES

Décadas	Número de favelas existentes
1940	4
1950	11
1960	26
1970	28
1980	31
1990	32
2000	32
2010	27

Fonte: IBGE 2010 e Pesquisa “Formação e evolução das favelas em Campos dos Goytacazes” (LESCE – UENF, 2002) IN Póvoa, 2002.

O fato do número de moradores de favelas, e das próprias favelas, decrescer³¹, fundamenta-se na expansão de programas habitacionais que concedem moradias populares; e mudança das famílias para outras áreas da cidade e, até mesmo, outras cidades³². Estas são hipóteses para a diminuição da população moradora em áreas faveladas, que se respaldam, principalmente, pelo fortalecimento da política habitacional, como o programa Morar Feliz. Entretanto, é necessária uma pesquisa mais aprofundada sobre o tema. A diminuição no número de favelas não significa a diminuição absoluta do número de moradores de favelas, pois apesar do número de favelas ter se diminuído, o número de moradores de favelas se alterou pouco significativamente. Em alguns casos, a quantidade de domicílios ocupados obteve um pequeno aumento (PESSANHA 2004; POVOA, 2002).

³¹ Enquanto que em 2000 o número de habitantes por domicílios em favelas era de 16.876, no ano de 2010 esse número decaiu para 15.777, o que pode ser justificado pela distribuição de casas populares no período (IBGE, 2010).

³² Acredita-se que esse processo de migração tenha ocorrido principalmente para cidades da baixada fluminense e região dos lagos, devido a grande oferta de empregos daquela região, promovida pela indústria do petróleo em Macaé.

Dados do Observatório Socioeconômico da Região Norte Fluminense de 2004, apontam a diminuição de domicílios e moradores de algumas favelas, e o aumento de domicílios e moradores em outras. Baseados nos dados de IBGE de 1996 e 2000, estes estudos concluíram que 17 favelas tiveram aumento no número de domicílios ocupados e 15 favelas tiveram redução no número de domicílios. Estas análises sustentam que tais mudanças se explicam pelo processo de migração entre favelas, que é justificada pela melhor oferta de infraestrutura, pelo oferecimento de espaço para novas moradias, pela influencia de oportunidades de trabalho, e pelo menor índice de violência e riscos de desastres naturais como enchentes. Outro fator apontado para redução de domicílios em algumas favelas é a ação do poder público na remoção dos moradores para casas populares (PESSANHA, 2004).

QUADRO 3: CINCO PRINCIPAIS FAVELAS COM AUMENTO E DIMINUIÇÃO NO NÚMERO DE DOMICÍLIOS OCUPADOS (1996/2000)

Favela	N. domicílios 1996	N. domicílios 2000	Total
Baleeira	139	123	- 16
Ilha do Cunha	231	182	- 49
Tira-Gosto	50	48	- 02
Matadouro	183	247	+ 64
Favela da Linha	780	746	- 34

Fonte: IBGE, censos 1996 e 2000 IN Pessanha, 2004.

A favela do Matadouro, que é objeto deste estudo, apresentou um aumento no número de domicílios ocupados, e, por isso, desponta como uma das maiores favelas do município de Campos dos Goytacazes. Segundo dados fornecidos pelo IBGE, a favela apresentou um crescimento de 64 domicílios ocupados. No ano de 2000 a favela do Matadouro possuía em torno de 700 habitantes, distribuídos em 247 moradias. Mais sobre a formação e desenvolvimento da favela do Matadouro será exposto no capítulo 3.

Esse capítulo apresentou de forma breve o desenvolvimento da política urbana de Campos dos Goytacazes, com base nos planos e leis urbanísticos adotados nos séculos XIX e XX. Num segundo momento foi demonstrado como o desenvolvimento urbano adotado colaborou para a consolidação de áreas faveladas na cidade, problema que recebe soluções de saneamento através de políticas habitacionais, como veremos no próximo capítulo.

Capítulo 2

A política habitacional de construção de conjuntos

Introdução

Quando os conjuntos habitacionais começaram a ser pensados, no início do século XX, tinham ares de sonho, eram a moradia para os trabalhadores e representavam uma inovação na maneira de se pensar o problema da habitação nas grandes cidades. Mais do que isso, sobretudo a partir da década de 20, com o advento da arquitetura moderna, as questões urbanísticas eram pensadas a fim de se garantir um desenvolvimento espiritual e social dos habitantes das cidades, esses eram os objetivos fundamentais para LeCorbusier, que pretendia alcançá-los através da arquitetura e do design³³. Nota-se uma mudança na forma de se pensar a cidade, que deixou de ser meramente urbanística e ganhou preceitos arquitetônicos modernistas, onde o espaço deveria ser moldado para propósitos sociais (Harvey, 1992).

De acordo com Stam *et al.* (2008) os conjuntos habitacionais eram uma concepção nova, influenciada, inclusive, por ideais socialistas. Os grandes conjuntos adotavam um modelo onde a habitação também seguiria uma linha de produção em massa, assim como na produção industrial de bens de consumo. Segundo Stam *et al.* (2008) “os arquitetos modernos consideravam que a construção de unidades habitacionais em grande número baratearia a moradia, gerando ganhos de escala da mesma forma que a produção em série fez com os bens de consumo”.

Contudo, com o decorrer do tempo, esses ideais modernos foram deixados de lado, sendo ajustados ou perdidos em tentativas de adaptação pelo mundo afora. O caso do Brasil é exemplar: o que ocorreu no país foi a construção em larga escala de conjuntos habitacionais que apresentavam uma monotonia em sua arquitetura, não correspondendo as necessidades e desejos individuais de cada morador. Ao analisar fotografias de conjuntos habitacionais, Perlman (1977, p. 244) afirma que “o mínimo que se pode

³³ Idéia contida no trabalho de Simões (2008), que utiliza da tese de LeCorbusier (1922) intitulada *Une Ville Contemporaine de 3 millions d'Habitants*, onde o autor propunha um urbanismo que levasse em conta unidades distintas de habitação, trabalho, lazer, circulação e paisagem.

dizer é que são tristes e monótonos, se comparados à espontaneidade e individualidade das favelas”. Além disso, a inclusão de aparelhos sociais dentro dos conjuntos não foi implantada largamente, e como os conjuntos – principalmente no caso de remoção de favelas – são localizados em periferias distantes, ocorre aos seus moradores um “sentimento de distanciamento do centro da vida e das atividades urbanas” (PERLMAN, 1977, p. 254).

Somando-se a incapacidade dos conjuntos brasileiros, construídos nas últimas décadas, de se integrarem à cidade, já que na maioria das vezes facilitam a segregação dos pobres, seus moradores tinham dificuldade de adquirir a casa, devido a dificuldade de cumprir com os compromissos do financiamento. Entre governos populistas, autoritários e democráticos, a política habitacional brasileira deparou com dificuldades referentes a financiamento, administração e execução ao tentar resolver o problema “daqueles que buscam trabalho na cidade e buscam também a casa própria” (BLAY, 1979, p. 81). O financiamento da casa para os setores populares muitas vezes se mostrou inaplicável e o desenvolvimento de políticas habitacionais emergenciais prevaleceu (ANDRADE & AZEVEDO, 1982).

Na história da política habitacional brasileira, o primeiro órgão atuante em âmbito nacional para o provimento de habitação para as camadas populares de menor poder aquisitivo foi a Fundação da Casa Popular criada em 1946. Reconhecido o fracasso da Fundação da Casa Popular³⁴, em 1964 foi criada uma nova política habitacional que tinha como carro chefe o Banco Nacional de Habitação. A princípio o BNH destinava grande parte de seus financiamentos para uma população cuja renda se limitava a três salários mínimos, ao adquirir a casa própria o trabalhador comprometia sua vida para saldar a dívida, isto significava, em termos gerais, que sua força de trabalho estava previamente vendida (BLAY, 1979; ANDRADE & AZEVEDO, 1982). O comprometimento de parte do salário e os altíssimos juros favoreciam a situação de inadimplência de uma parcela considerável dos mutuários. Com o tempo, ocorreu o que pode ser considerado como a “elitização” dos conjuntos habitacionais construídos pelo BNH, que passaram a atender, principalmente, estratos populacionais com maior poder

³⁴ Para Andrade & Azevedo (1982, p. 53) o fracasso da Fundação da Casa Popular deve-se ao fato de que “aos governos populistas não interessava ‘resolver o problema’, ou equacionar os termos da solução, mas, antes, dele derivar dividendos políticos, quer sob a forma de votos, quer de prestígio”.

aquisitivo. Sem financiamento para a compra da moradia, restavam às famílias mais pobres programas secundários³⁵ que financiavam lotes, construções e reformas.

Com a extinção do BNH, a política habitacional brasileira passou por diversas modificações³⁶, que se tornaram mais significativas a partir do processo de descentralização das funções administrativas do Estado, o que gerou a transferência de recursos e a delegação de funções na gestão de várias políticas públicas (ARRETCHE, 2002).

No sentido de políticas voltadas para a habitação popular, foram desenvolvidas ações que abrangessem setores populacionais de baixo rendimento, e como principal via para se alcançar essa camada, foi reforçado o papel dos governos municipais como implementadores e coordenadores de programas variados como os de recuperação de áreas degradadas e urbanização de favelas (AZEVEDO, 2007).

Encarando que o processo de descentralização ampliaria a eficácia, eficiência e democratização das políticas, muitos governos municipais assumiram a gestão da política habitacional em suas Leis Orgânicas e Planos Diretores, fixando critérios quanto a elaboração de projetos e captação de recursos. Cabe ao governo federal a definição de alguns princípios que devem reger as políticas habitacionais implementadas pelo município, no entanto, observa-se uma ausência progressiva do governo federal tanto para manter os financiamentos como para formular e implementar reformas estruturais na política de habitação (PÓVOA, 2002). Devido a este vazio, os governos estaduais e municipais assumem papéis maiores na oferta de habitação popular a partir da década de 90.

Respaldados nesta autonomia fiscal e administrativa advinda com a descentralização, os municípios podem criar programas habitacionais que visam a construção, reforma, melhoria de imóveis e recuperação de áreas degradadas. A maioria destes programas municipais mescla recursos próprios e recursos do governo federal e se volta principalmente para famílias com rendimentos de até três salários mínimos (PÓVOA,

³⁵ Tais programas eram o PROFILURB (Programa de Financiamento de Lotes Urbanizados), FICAM (programa de Financiamento para Construção, Ampliação e Melhoria), PRO-MORAR (Urbanização de Favelas) e João de Barro (auto-construção) (Andrade e Azevedo, 1982; Santos, 1999)

³⁶ Após o fim do BNH, a responsabilidade pela política de habitação passou por diversos órgãos: Ministério do Desenvolvimento Urbano (1986), Ministério da Habitação, Urbanismo e Desenvolvimento Urbano (1987), Ministério da Habitação e Bem-Estar Social (1988), Ministério do Interior (1989), Ministério da Ação Social (1990) (Emiliano, 2006).

2002). Contudo, diferentemente do período BNH, estes programas implementados pelos governos municipais possuem um forte traço assistencialista, implícito pela doação de casas populares, ou concessão de “aluguel social” (SANTOS, 1999).

Com um déficit habitacional pouco desprezível (5,8 milhões de famílias)³⁷ o Brasil e sua política habitacional enfrentam amplos desafios, que vão além do simples provimento de moradias para populações mais carentes. Sobretudo, é preciso analisar que tipo de moradia é ofertada a esta população, já que a política de construção de conjuntos e casas populares mostra-se continuamente inadequada aos anseios de seus beneficiários. Neste sentido, profissionais responsáveis por projetos habitacionais deveriam atentar para os significados do habitar, e não se deter apenas em aspectos meramente técnicos.

Monotonia e repetição arquitetônicas exprimem que a produção em massa dos conjuntos construídos ao longo da história da política habitacional brasileira não levava em consideração os modos de vida das populações destinatárias. Ainda hoje essas características em projetos habitacionais são frequentes, já que os conjuntos habitacionais se restringem apenas ao provimento de moradia e não atentam para características sociais, econômicas e culturais dos futuros moradores, bem como não são propostos programas ou políticas de apoio pós-ocupação que auxiliem na adaptação destas pessoas à vida em conjunto. Desta forma, segundo Soares (2007, p. 22) “os projetos urbanos de habitação popular desprovidos de uma contextualização com as realidades dos moradores não se constituem como projetos de inserção e integração no universo dos direitos sociais de acesso a cidadania”.

Apoiado nestas reflexões, este capítulo se detém na caracterização da política habitacional de construção de conjuntos realizada em Campos dos Goytacazes. Para isso essa caracterização será dividida em duas partes, a primeira de 1988 até 2008 (Programa pode Entrar que a Casa é Sua), e a segunda de 2009 até 2011 (Programa Morar Feliz).

2.1 - A política municipal de habitação (1988 – 2008).

Campos dos Goytacazes reflete a pouca atuação da política habitacional no período de centralização. Sem dispor de recursos, a prefeitura atuava apenas como intermediadora de terrenos para a CEHAB, assim, no período entre as décadas de 60 e 80, apenas

³⁷ Com base em dados da Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio (PNAD) 2009.

quatro conjuntos habitacionais foram construídos na cidade, via financiamento do BNH (PÓVOA, 2002; ARRUDA, 2009).

O reconhecimento dos municípios como capazes de gerir políticas habitacionais acarretou na necessidade de mudanças institucionais e até mesmo a criação de novas instituições públicas municipais capazes de formular e implantar as diversas políticas. Contudo, a implantação de uma política de habitação municipal ocorreu de forma morosa na cidade de Campos dos Goytacazes, a criação da Secretaria de Promoção e Desenvolvimento Social, da Secretaria de Obras e Urbanismo e da Empresa Municipal de Habitação e Saneamento, a partir da década de 80, denotou maior atenção na sistematização e distribuição das políticas habitacionais³⁸. Neste sentido, o Plano Diretor do município estabeleceu-se como um instrumento orientador para a promoção da política habitacional, já que seu objetivo principal é regular o processo de gestão e desenvolvimento urbano, inclusive apontando as áreas dentro do território urbano que serão designadas à construção da habitação popular³⁹.

O Plano Diretor também determina que o município deve adotar algumas medidas de organização e institucionalização, dentre elas: Aderir ao Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS) e ao Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS); Criar, com utilização do próprio orçamento, o Fundo Municipal de Habitação e Saneamento; Fortalecer institucionalmente a EMHAB como responsável pela implantação, gerenciamento e fiscalização da política habitacional; Instituir o Conselho Municipal de Habitação e Saneamento, favorecendo o controle social na formulação e implantação da política municipal; Promover parcerias com órgãos públicos e instituições da sociedade civil; e Elaborar o Plano Municipal de Habitação de Interesse Social (PMCG, 2008). Dentre estas resoluções, foi positiva a criação, através de leis municipais, do Fundo Municipal de Habitação e do Conselho Municipal de Habitação e Saneamento em 2007. Contudo, o Plano Municipal de Habitação de Interesse Social

³⁸ Cabe a Secretaria de Promoção Social a atuação nas comunidades pobres, identificando áreas carentes de intervenção, cadastrando as famílias mais vulneráveis e apontando as demandas na construção das moradias, fazer a entrega das unidades habitacionais, realizar acompanhamento pós-ocupação, e fiscalizar a adequada utilização das moradias; À EMHAB cabe viabilizar a construção dos projetos, identificar os locais de construção, garantir estrutura urbana do local da obra, construir ou licitar a construção dos projetos; Já à Secretaria de Obras cabe a execução e apoio nas obras.

³⁹ Só a partir da publicação do Estatuto das Cidades, em 2001, que os Planos Diretores definiram pontualmente as Áreas de Especial Interesse Social (AEIS) nos municípios. Desta forma, o Plano Diretor de Campos dos Goytacazes foi revisado em 2008, dividindo as AEIS em três tipos, permitindo maior definição na regularização fundiária e na inclusão social de moradores de áreas de risco e de loteamentos irregulares (ARRUDA, 2009).

ainda é previsão, que tem as discussões para sua implantação feitas morosamente, reflete esta falha no planejamento a ausência de um cadastro que contenha informações sobre os projetos habitacionais feitos até então, as famílias beneficiadas ou o mapeamento do déficit habitacional.

Apesar da maior autonomia municipal, da promulgação do Plano Diretor em 1991 e da criação de instituições específicas, durante a década de 90 a política habitacional de Campos dos Goytacazes pouco avançou pela ausência de um delineamento efetivo para sua execução. A retomada da construção de conjuntos habitacionais só ocorreu no ano de 1999, após um longo período de 11 anos sem ações efetivas para a construção de casas populares por iniciativa do poder municipal ou estadual. Por sinal, iniciativas do governo estadual só vieram a ocorrer em 2001, através de uma parceria com o governo municipal.

Cabe ressaltar que entre os anos de 2000 e 2010, o município de Campos dos Goytacazes passou por grande instabilidade política decretada por forte oposição política, denúncias de corrupção e afastamento de prefeitos. Essa instabilidade trouxe prejuízos para a política de habitação, que ficou à mercê de alianças ou inimizades entre os políticos, desta forma, transformou-se uma política pública num estandarte para a cooptação popular, chamariz para arrecadação de votos quando aplicada num caráter de emergência, para aplacar problemas decorrentes de desastres naturais ou ameaças ambientais. De certo modo, a política de habitação aplicada ao longo das duas últimas décadas pautou-se sobre três principais justificativas: socorrer famílias afetadas por enchentes; remoção de famílias de áreas sensíveis ambientalmente (margem de lagoas, córregos ou rios) e remoção ou urbanização de favelas.

Acompanhando a história dos programas habitacionais, distinguem-se duas principais fases. A primeira delas durou vinte anos, com o programa *Pode Entrar que a Casa é Sua*, primeiro programa habitacional do município, voltado primeiramente para atendimento de demandas emergenciais com construção de vilas e, posteriormente, a partir de 1999, com a construção de conjuntos habitacionais. As fontes de financiamento do programa foram diversas, desde recursos próprios, até parcerias com governo estadual⁴⁰ e federal (Póvoa, 2002). De 1999 até 2008 foram construídos 14

⁴⁰ Vale ressaltar que em 1999, quando Antony Garotinho era governador do Estado, foi realizada uma parceria entre Governo do Estado (Programa Habitacional Morar Feliz) e a Prefeitura de Campos dos

conjuntos habitacionais em diferentes áreas da cidade. Algumas gestões deram mais atenção à política habitacional refletindo na quantidade, abrangência e qualidade dos conjuntos construídos, contudo, nota-se a grande apropriação da política habitacional, onde a concessão da casa tem caráter assistencialista e funciona como um meio para barganha entre o político e a população (ARRUDA, 2009).

Goytacazes (Programa Habitacional Pode Entrar que a Casa é Sua), o que culminou na construção de 700 unidades habitacionais (ARRUDA, 2009). Curiosamente, a atual prefeita de Campos dos Goytacazes, Rosinha Garotinho, aboliu o Programa Habitacional Pode Entrar que a Casa é Sua, e criou, em seu lugar, o Programa Morar Feliz, uma das maiores políticas de sua gestão municipal.

QUADRO 4: CONJUNTOS HABITACIONAIS CONSTRUÍDOS PELO PROGRAMA ‘PODE ENTRAR QUE A CASA É SUA’.

ANO	NOME DO CONJUNTO	LOCALIZAÇÃO	UNIDADES HABITACIONAIS	PARCERIA
2000	Nova Jerusalém	Parque Esplanada	60	PMCG E CEF
2000	Morro do Coco	Morro do Coco	59	PMCG E CEF
2001	Aldeia	Parque Aldeia	400	PMCG E CEHAB
2001	Eldorado	Parque Eldorado	300	PMCG E CEHAB
2002	Rio Preto	Rio Preto	80	PMCG
2005	Oswaldo Gregório	Estrada do Carvão	260	PMCG
2006	Vilmar Cavas Assed	Santa Cruz	47	PMCG
2006	Travessão	Travessão	47	PMCG
2006	Goytacazes	Goytacazes	57	CEHAB
2006	Aldeia II	Parque Aldeia	110	CEHAB
2006	Três Vendas	Três Vendas	29	PMCG
2007	Matadouro	Parque Califórnia	228	PMCG
2008	Santa Rita	Guarus (atrás do HGG)	300	PMCG
2008	Santa Helena	Parque Santa Helena	117	PMCG
Total de Conjuntos Construídos:			14	
Total de Unidades Entregues:			2094	

Fonte: PMCG (2008/2009) e EMHAB (2008). IN: ARRUDA (2009)

Desta forma, a política habitacional direcionada principalmente na remoção e construção de conjuntos habitacionais não cumpriu seu objetivo efetivo no período em questão, na qual a intencionalidade do conjunto habitacional é a promoção da inserção social de seus moradores. Isto porque a política habitacional não abrangeu a todas as necessidades existentes e, por um longo período, ela se limitou a intervenções esporádicas e emergenciais. No mais, segundo Soares & Espinheira (2006, p. 59) a ausência ou a dificuldade de acesso a equipamentos urbanos e sociais pelos moradores faz com que os conjuntos habitacionais não consigam alcançar seu objetivo de inserção social na cidade, “pois se percebe que a inserção perceptível é apenas a da estrutura física; seus habitantes não conseguem sustentar-se no social-formal, continuando como antes segregados da cidade formalizada e do bem estar social”.

2.2 – A nova política habitacional: Morar Feliz (2009 – 2011)

Com um orçamento anual invejável, Campos dos Goytacazes arrecada com *royalties* e participação especial receitas vultuosamente progressivas, ao ponto de chegar a um bilhão de reais no ano de 2010. Porém, o município ainda lida com indicadores sociais que não condizem com sua arrecadação⁴¹.

QUADRO 5: Royalties e Participação Especial
Campos dos Goytacazes (2000 – 2011)

ANO	VALOR
2000	R\$ 157.870.442,17
2001	R\$ 200.261.211,38
2002	R\$ 348.260.944,92
2003	R\$ 475.182.177,54
2004	R\$ 549.607.310,98
2005	R\$ 678.425.571,67
2006	R\$ 852.565.850,92
2007	R\$ 780.099.183,21
2008	R\$ 1.168.642.499,45
2009	R\$ 938.458.487,36
2010	R\$ 1.083.853.624,57
2011	R\$ 1.051.930.188,24

Fonte: InfoRoyalties/UCAM

⁴¹ O Índice de Desenvolvimento Humano avalia os níveis de educação, longevidade e renda da população. No ranking do IDH dos municípios do Estado do Rio de Janeiro, Campos dos Goytacazes ocupa a 54ª posição.

O incremento dos *royalties* dotou o município de Campos dos Goytacazes de maior capacidade financeira para executar políticas sociais independentes de parcerias com outras instâncias de governos. Isso ficou refletido na condução da política pública de habitação, principalmente a partir de 2009, quando a gestão da prefeita Rosinha Garotinho anunciou o programa *Morar Feliz*, que projeta a construção de 10 mil casas populares, quantidade suficiente para aplacar o déficit habitacional do município que, em 2005, era de 11.709 unidades habitacionais (Fundação João Pinheiro, 2005).

O programa desenvolvido pela Secretaria de Família e Assistência Social numa gestão participativa com as secretarias de Serviços Públicos, Agricultura e Pesca, Meio Ambiente e Defesa Civil, é considerado pela gestão municipal a maior política habitacional municipal do Brasil.

Não existe no Brasil nenhum município com programa de habitação tão audacioso quanto o Programa Morar Feliz, implementado em Campos. Não existe no país casas populares com este padrão de qualidade. Além de estar retirando 5.100 famílias de moradias insalubres, em locais de risco, a Prefeita Rosinha está cuidando de cada membro dessas famílias. As mudanças realizadas pela Defesa Civil são acompanhadas por assistentes sociais e a prefeita já determinou que, assim que todas as casas estiverem concluídas e ocupadas pelas famílias cadastradas, que sejam implantados Núcleos de Assistência Social para acompanhamento de todos. (PMCG, 2011)⁴²

Segundo a Prefeitura, o programa habitacional começa a mudar a cidade porque a concessão da casa significa que a residência antiga será demolida, fazendo desaparecer as favelas – o que já é visível em alguns pontos da cidade. Os conjuntos habitacionais surgem como “novos bairros”, dotados de estrutura sanitária, que até mesmo, em alguns casos, são mais urbanizados dos que os bairros onde se localizam. Por este motivo, simultaneamente, realizam-se nos bairros em que se localizam os conjuntos obras de urbanização através do programa *Bairro Legal*. A estrutura social também recebe atenção, com a construção de escolas e postos médicos⁴³.

Os recursos empregados para a construção dos conjuntos são provenientes apenas da prefeitura de Campos, como anunciado pela prefeita Rosinha Garotinho durante a inauguração de um conjunto habitacional:

⁴² www.campos.rj.gov.br/exibirNoticia.php?id_noticia=5988

⁴³ www.campos.rj.gov.br/exibirNoticia.php?id_noticia=10972

Estamos entregando estas casas para quem realmente precisa. Estamos completando hoje, a entrega de 2.810 casas do Programa Morar Feliz. São casas construídas com o dinheiro de royalties da prefeitura, sem ajuda de outros governos (PMCG, 2011)⁴⁴

Este discurso realizado em dezembro de 2011 revela que as metas anunciadas no início de governo não vêm sendo atingidas em sua totalidade. Assim, a proposta inicial de construção de 5.100 casas nos dois primeiros anos de governo e mais 4.900 nos dois últimos anos não se concretizou. No terceiro ano de governo foram entregues apenas 3.180 casas (até a data de 22 de dezembro 2011). Cabe aguardar o final do mandato para verificar se a promessa de construção de 10.000 casas populares em quatro anos será cumprida.

Todavia, se percebe os esforços do governo municipal em oferecer aos moradores de conjuntos habitacionais uma estrutura que vai além da moradia física, que aparelha bairros e aproxima os serviços. A propaganda do governo assevera que a mudança para o conjunto habitacional atribui ao morador dignidade. Em tese, parece que a nova política rompe com o paradoxo entre a projeção urbano-arquitetônica e a projeção social do sujeito, tornando o indivíduo objetivo final do conjunto habitacional (Soares & Espinheira, 2006). Entretanto, as barreiras ainda são significativas.

A política habitacional ainda é personalista, vinculada à projeção política do gestor municipal, tal que os beneficiários associam o conjunto habitacional à gestão que o construiu, como exemplo é comum que os moradores de conjuntos digam que “este é o conjunto do prefeito X”, ou “este é o conjunto do prefeito Y”; a participação popular é limitada, se existente, desqualificada e incipiente, geralmente há convocação dos beneficiários em momentos pré-remoção, para realização de palestras e reuniões que discutem e indicam melhor forma de viver em conjuntos e acordos de convivência (ARRUDA, 2009).

Estas críticas se amparam na defesa da moradia como direito, e na negação da concepção do estigma da pobreza, que segundo Nunes (2002, p. 11) faz com que “a população se considere incapaz de tomar parte em decisões desse tipo [...] participar é uma atitude voluntária, contínua e de longa duração”. Em resumo, avaliando promessas

⁴⁴ www.campos.rj.gov.br/exibirNoticia.php?id_noticia=10786

e a efetividade das políticas públicas, ainda cabe a discussão sobre a insustentabilidade dos sistemas urbanos construídos para famílias pobres.

Capítulo 3

Matadouro e sua história de bairro e favela

Este capítulo ampliará a discussão do processo de formação de favelas e da atuação da política habitacional em Campos dos Goytacazes. O foco é a favela do Matadouro e o Conjunto Habitacional Matadouro.

Inicialmente será colocado um pequeno contexto histórico para o surgimento da favela e sua expansão a partir da década de 50, enfocando sua delimitação territorial, seus problemas urbanos e sanitários e a estrutura de aparelhagem social disponível a seus moradores.

Em seguida será apresentado o processo de ocupação e consequentes invasões das ruínas do matadouro público municipal. As ocupações foram inicialmente uma ação temporária que perduraram por sete anos, como consequência o terreno do matadouro foi sendo progressivamente ocupado por outras famílias que almejavam a remoção para conjuntos habitacionais.

Assim, no item 3.3, será apresentado o Conjunto Habitacional Matadouro, sua construção, o processo de remoção e os problemas enfrentados por seus moradores. Por último, será realizada uma análise sobre as linhas de segregação presentes na favela do Matadouro.

3.1 – A favela do Matadouro

O nome da favela faz alusão ao matadouro público instalado na região no final do século XIX. Este matadouro funcionou até o final da década de 60, favorecendo, no início, a consolidação de pequenas casas de madeira, que serviam de moradia para os trabalhadores do Matadouro. Com o passar dos anos, a região foi se consolidando, sendo instalado ali uma linha de bonde e a linha férrea que ligava Campos dos Goytacazes a São João da Barra. O espaço era ocupado por trabalhadores do matadouro, Pohlmann (2004) percebe através de fotos antigas que a região mantinha fortes traços rurais, o que era considerado um atrativo para migrantes recém-chegados à cidade.



Figura 2: Prédio do matadouro modelo, inaugurado em 1929 [arq. Foto Planície IN POHLMANN (2004)].

Aos poucos o matadouro agregou, de forma frágil, aquela área ao restante da cidade. Funcionou plenamente até os anos 60, contudo, sendo considerado o abate de animais uma atividade “suja”, a ideia de *glamour* embutida na política de urbanização não alcançou a região. Serviços básicos de saneamento e iluminação pública foram inexistentes por muito tempo, como alguns ainda o são. O matadouro era considerado um bairro de trabalhadores, uma área de atração de migrantes que conseguiam reproduzir na região um estilo de vida bucólico, com criação e trato de animais, além de pequenas plantações e complementação da renda com trabalho sazonal das lavouras de cana.

A desativação do matadouro no final da década de 60 e o esquecimento do poder público sobre aquela área, que já era densa e precariamente povoada, sem urbanização e outras políticas públicas, atribuiu à região do matadouro o status de favela.

De acordo com Totti (apud BILONDO 2006, p. 68) a favela do Matadouro

está em parte assentado sobre um dique de contenção construído às margens do Rio Paraíba do Sul e, em parte, ocupa uma faixa de terreno ao longo deste. Inicialmente, esta área foi ocupada por funcionários do Matadouro Municipal e os domicílios eram de madeira. Com a construção do dique em 1977, a favela sofreu adensamento e melhoria das habitações (FEEMA, 1993). [TOTTI apud BILONDO 2006, p. 68]

Há dificuldades em identificar os limites da favela do Matadouro, já que ela faz parte de um corredor de favelas situadas à margem direita do Rio Paraíba do Sul, no sentido Centro – UENF. Compõem esse contínuo as favelas Patronato, Tira-Gosto, Siqueira e Silva, Risca Faca, Matadouro e Goiabal. Essas favelas se comprimem entre o Rio Paraíba e a rua Dr. Adão Pereira Nunes, a menos de 500m da movimentada Avenida Alberto Lamego.

Em contraponto à favela e na direção desta avenida, estão os bairros e os condomínios de classe média, que mantêm um distanciamento de seus vizinhos pobres utilizando muros altos e serviços de segurança. Esses bairros⁴⁵ começaram a se desenvolver a partir da década de 70, enquanto que os condomínios surgiram na região na década de 80. Atualmente, ambos são dotados de infraestrutura urbana e oferecem uma gama de serviços aos moradores, traduzindo um contraste ainda maior com a favela do matadouro.

A infraestrutura da favela do Matadouro pouco destoa da situação verificada em anos anteriores. Ela sofre de mazelas diversas, são ocupações precárias e em áreas de risco, como sobre diques do Rio Paraíba; ausência e ineficiência de serviços públicos básicos, 72,5% dos domicílios lançam os dejetos diretamente no Rio Paraíba do Sul; a coleta de lixo é realizada três vezes por semana, porém, é perceptível o lixo espalhado por terrenos baldios ou na margem do Rio; animais domésticos, para consumo e trabalho, como porcos, galinhas e cavalos, circulam livremente pelas ruas da favela; o calçamento e iluminação pública são precários; e a violência urbana, expressa pela atuação do tráfico de drogas⁴⁶ (CARVALHO, 2005 e ARRUDA, 2006).

Por sua proximidade com área central e bairros de classe média, a favela do Matadouro conta com considerável variedade de equipamentos sociais em sua imediação. Localizada próxima a Avenida Alberto Lamego, a favela faz divisão com os muros da Escola Técnica Estadual João Barcellos Martins e da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro.

Mesmo com toda precariedade urbana, a favela do matadouro dispõe de serviços públicos de educação, saúde e assistência social. A Creche Luz e Vida, gerida pela

⁴⁵ Parque Califórnia, Horto e Parque Salo Brand.

⁴⁶ Sobre a atuação do tráfico de drogas na favela do Matadouro, especificamente no Conjunto Habitacional, ver trabalho de MOTA & MAMANI (2011).

Associação Evangélica Luz e Vida, atende gratuitamente crianças de 02 a 06 anos. Já a Escola Municipal Francisco de Assis oferece ensino diurno de 1ª a 4ª série do ensino fundamental e ensino noturno supletivo de 5ª a 8ª séries. Sobre os serviços de saúde, há na favela um posto do Programa Saúde da Família (PSF) que fica no intermédio das favelas Matadouro e Tira-Gosto, onde é ofertado serviços de odontologia, clínica médica e farmácia (BILONDO, 2006). No tocante a assistência social, inaugurado em 2008, o CRAS⁴⁷ (Centro de Referência de Assistência Social), faz atendimento do Programa de Atenção Integral às Famílias (PAIF), do Programa Bolsa Família e do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), além de projetos de geração de trabalho e renda e inserção produtiva. A localização do CRAS é estratégica, fica ao lado do Conjunto Habitacional Matadouro, sendo o atendimento priorizado aos moradores do conjunto, mas também atende moradores das comunidades vizinhas.

3.2 – A ocupação nas ruínas do matadouro

Acompanhando a história da ocupação da favela do Matadouro, o período da última década merece destaque pela expansão domiciliar. Isso porque em 2001 uma enchente assolou a cidade de Campos dos Goytacazes, as comunidades situadas em áreas de risco e, principalmente, as que se localizavam à margem do Rio Paraíba do Sul foram deveras afetadas. Famílias moradoras das favelas do Matadouro e Tira-Gosto perderam suas casas e a prefeitura municipal adotou como medida paliativa o alojamento em casas de madeira improvisadas, construídas pela prefeitura, no entorno das ruínas do antigo matadouro público.

Inicialmente apenas oito famílias foram removidas para as ruínas do matadouro, onde além das casas improvisadas, foi construído um banheiro comunitário. A situação era vista como temporária, pois o poder público havia prometido doar casas populares a estas famílias em pouco tempo. Todavia, a notícia da promessa de doação de casas populares logo se espalhou e mais famílias começaram a ocupar a ruína do terreno, na expectativa de também serem contempladas. No ano de 2001 oito famílias ocupavam as ruínas do matadouro, já no ano de 2006 eram 80 famílias morando precariamente em barracos improvisados e sem qualquer estrutura sanitária (ARRUDA, 2006). O

⁴⁷ As unidades dos CRAS são espaços físicos localizados em regiões pobres das cidades voltadas para atendimento socioassistencial. A equipe do centro identifica as necessidades dos indivíduos e das famílias de cada localidade, acolhe e insere em atividades coletivas e/ou, se necessário, encaminha os integrantes do grupo familiar para outros atendimentos (Ministério de Desenvolvimento Social, 2007, p. 2).

crescimento de mais de 1000% do número de famílias se justificava pela promessa da casa popular, pela espera do cadastramento da prefeitura e a remoção⁴⁸. O que a princípio era uma medida paliativa, perdurou por muitos anos.

As condições de moradia agravaram-se quando as obras do Conjunto Habitacional Matadouro foram iniciadas em um terreno ao lado das ruínas. Mais famílias ocuparam a área no intuito de serem contempladas com um apartamento. Em consequência, quando em 2007 parte do conjunto foi inaugurado, a prefeitura contabilizou 180 famílias morando nas ruínas do matadouro. Todas foram contempladas com um apartamento e os barracos foram removidos⁴⁹.

3.3 – O Conjunto Habitacional Matadouro

O Conjunto Habitacional do Matadouro fez parte do programa habitacional *Pode Entrar que a Casa é Sua*. Localizado à margem direita do rio Paraíba do Sul, entre as avenidas Nelson de Souza Oliveira (antiga Avenida Rui Barbosa) e Dr. Adão Pereira Nunes (antiga Avenida São João da Barra), fica em uma área próxima ao centro da cidade de Campos dos Goytacazes, que segue uma tendência territorial de formação de favelas e moradias precárias (Bilondo, 2006). Os bairros circunvizinhos ao Conjunto (Lapa, Parque Califórnia e Horto) são residenciais, concentram oferta de serviços, uma Universidade Pública e condomínios de classe média.

⁴⁸ Arruda (2006) sustenta que as famílias ocupavam as ruínas do matadouro para terem onde morar. Outras para sair do aluguel, ter a casa própria ou fugir da violência do tráfico de drogas.

⁴⁹ No local da ocupação a prefeitura prometeu construir uma praça, todavia, até hoje a praça não passou de promessa e a ocupação do local por outras famílias é constante. A prefeitura atua removendo estas famílias e destruindo os barracos. (Reportagem InterTV “Famílias são retiradas de área da Prefeitura de Campos”, Campos dos Goytacazes, 17 de março de 2011. IN: <http://in360.globo.com/rj/noticias.php?id=16979>).



Figura 04 – Conjunto habitacional Matadouro e arredores (Favela Matadouro, terreno do antigo matadouro público, condomínios fechados e UENF). Fonte: Google Earth (2010)

A construção ficou a cargo da Empresa Municipal de Habitação e Saneamento Básico (EMHAB) e contou também com recursos do governo federal⁵⁰, coube à Secretaria de promoção Social o cadastramento e concessão dos apartamentos, além de posterior acompanhamento. O Conjunto Habitacional do Matadouro foi construído com a finalidade de abrigar 228 famílias que, em sua maioria, se encontrava em situações de moradia de risco e ilegal. As famílias contempladas eram provenientes de comunidades diversas já que a área onde o conjunto foi construído concentra algumas das comunidades mais carentes do município. Com a construção do Conjunto parte da favela do Matadouro foi removida, segundo informação disponível no sítio da Prefeitura, 180 famílias que ocupavam o pátio e as ruínas do Matadouro Público Municipal foram removidas para o Conjunto. Segundo Arruda (2009, p. 11)

a remoção e a construção de Conjuntos habitacionais foram pensadas como prioridade ao tratar a questão habitacional no município. Houve em Campos poucas experiências de urbanização de favelas. Até agora, observa-se a busca pela erradicação das favelas, como se estas fossem um problema a ser extirpado da malha urbana.

⁵⁰ Recursos provenientes do pacote do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) de 28 de novembro de 2007 – decreto 6276, destinados para a Urbanização de Assentamentos Precários no Matadouro, repassados ao Ministério das Cidades (Programa Habitação de Interesse Social – ação apoio ao poder público para construção habitacional), que então, repassou à prefeitura de Campos dos Goytacazes R\$ 5.400.000,00.

Os 228 apartamentos do Conjunto Habitacional Matadouro, distribuídos em 15 blocos, proporcionam aos removidos 52m², três quartos, sala, cozinha, banheiro e área de serviço. A obra foi entregue em duas etapas, primeiramente em 2007, para famílias em situação de moradia mais vulnerável, e posteriormente, ao final de 2008.



Figura 05 – Conjunto Habitacional Matadouro visto do prédio da reitoria da UENF (arquivo pessoal).

O custo total da obra foi de R\$ 21.607.812,96, com custo unitário de R\$ 94 mil reais por unidade⁵¹. Questionou-se, à época, o elevado custo do projeto, o que foi justificado pelo poder público pela necessidade de dotar o local de toda a infraestrutura urbana necessária para sua plena ocupação. Além disso, são justificados nos valores totais o valor gasto com a desapropriação dos terrenos, sua preparação, instalação de estruturas sanitárias e de abastecimento de água, e a construção de bens de uso coletivos (OLIVEIRA, 2009).

⁵¹ O custo do m² dos apartamentos era em média R\$ 1.800,00, enquanto que a média da época, medido pelo sindicato da construção civil, estava em torno de R\$ 800,00.



Figura 06 – Placa com custo total da construção do Conjunto Habitacional Matadouro no local da obra. Fonte: OLIVEIRA (2009)

Contudo, apesar do alto valor da obra que deveria garantir maior qualidade da construção, em apenas dois anos de uso o Conjunto Habitacional já apresenta sinais de deterioração, as infiltrações são visíveis, há vazamento de esgoto, o teto de gesso já desabou em alguns apartamentos e a área de lazer prometida no terreno do antigo matadouro público, localizado ao lado do conjunto, até hoje não saiu do papel. Outros problemas são também citados pelos moradores: a dificuldade na convivência, a falta constante de água e o fortalecimento do tráfico de drogas, este último chegou a ocupar alguns apartamentos e a expulsar moradores do conjunto, conforme verificado pelas polícias civil e militar através de operação realizada em maio de 2010⁵².

Na tentativa mal-sucedida de entrevistar o presidente da Empresa Municipal de Habitação⁵³, houve o reconhecimento dos problemas no Conjunto do Matadouro, porém, a Empresa se eximiu dos reparos porque a obra ainda estava na garantia e, segundo visita de técnicos da Empresa, os danos do Conjunto foram causados pela inadequação de uso.

⁵² “Operação Paradigma” cumpre mandados em 228 apartamentos do Matadouro. In: <http://in360.globo.com/rj/noticias.php?id=9234>, 15 de maio de 2010.

⁵³ Em visita à Empresa Municipal de Habitação (EMHAB) no dia 02 de agosto de 2010. O Presidente da Empresa concedeu apenas uma breve conversa.

Oliveira, Pedlowiski & Almeida (2009, p. 15) detectaram um grande nível de descontentamento dos moradores Conjunto do Matadouro, principalmente pela

convivência forçada dentro dos prédios em que o conjunto se compõe, visto que as áreas comuns e a proximidade entre os apartamentos são vistos como causadores de indisposições entre os moradores. Além disso, a falta de limpeza das áreas comuns, o desrespeito ao horário de silêncio e o arremesso de qualquer tipo de lixo pelas janelas dos apartamentos foram as reclamações mais comuns entre os moradores do Conjunto Habitacional do Matadouro. Uma moradora resumiu este descontentamento com as práticas de seus vizinhos ao afirmar que “é fácil tirar uma pessoa da favela, o difícil é tirar a favela de dentro da pessoa (...).

Tal afirmativa, que revela a dificuldade de adaptação dos moradores em outro contexto, é também reproduzida pelo poder público, como demonstram as entrevistas realizadas por Oliveira (2009). Todavia, a Secretaria de Promoção Social tentou remediar esta situação com a promoção de encontros orientadores sobre o novo modo de vida que um conjunto habitacional requeria. Estes encontros possuíam um forte caráter moralizante de costumes e hábitos. Um exemplo foi a reunião realizada no ano de 2008 para moradores do Conjunto Habitacional Matadouro, naquele momento a então secretária de promoção social afirmou: “Todos devem contribuir com a limpeza interna dos blocos, evitar brigas e ajudar quem tem problemas com vícios” (Ex-secretaria de Promoção Social Cristina Mocaiber IN ARRUDA [2009]).

Entretanto, a mudança para o Conjunto Habitacional não implica necessariamente uma mudança de hábito, não se molda espontaneamente uma civilidade responsável pelo pagamento das contas de água e luz, pela preservação dos espaços comuns, pelo respeito mútuo. Assim como Burgos (1999) apresenta, a nova condição de habitante de uma casa equipada com estrutura adequada não é suficiente para conferir ao seu morador um status diferente. Daí então que, mesmo em espaços com um padrão mais formal de ocupação do solo, como os conjuntos habitacionais, há uma tendência de favelização, encarada como uma herança da vida na favela, da sociabilidade, hábito e da ausência do poder público (BURGOS, 2005).

3.4 – Linhas da segregação na favela do Matadouro

A dinâmica de diferenciação sócio-espacial, conhecida como segregação urbana, se faz presente no espaço delimitado para abordagem neste estudo. Para LeFebvre (1991) a segregação é decorrente de um conjunto de fatores que diferenciam estética e paisagisticamente o espaço urbano, estes fatores são de ordem ecológica, sociológica e formal; Para Villaça (2001), a segregação é um processo concreto de disposição de classes sociais sobre um território; Já para Castells (2000) a segregação é uma forte tendência de organização do espaço em zonas de homogeneidade social e disparidade social entre elas.

A situação da favela do Matadouro torna-se discrepante se comparada com a situação urbana de um bairro de classe média que se desenvolveu muito próximo à favela. Neste, há aparelhos urbanos públicos e privados, como escolas e uma universidade estadual, além de amplos serviços de transporte, lazer e comércio que abastecem o bairro. O bairro em questão é densamente ocupado por residências, muitas no interior de condomínios horizontais de classe média e alta. Esses condomínios se auto-segregam por meio de enormes muros com cercas elétricas, câmeras de vigilância e guaritas que abrigam seguranças 24 horas por dia. O trabalho de Faria (2005) exemplifica as ambiguidades encontradas na área que se quer aqui descrever:

A área onde se localiza a favela foi valorizada pela aproximação de inúmeros padrões de centralidade (bens e serviços típicos de áreas centrais) que, junto ao fato de não haver ou haver uma mínima incidência do tráfico de drogas, atraiu não apenas outros grupos segregados como também, grupos mais abastados com a construção dos condomínios fechados. A própria UENF, com toda sua estrutura de vida acadêmica, também se apresenta como vetor de relevância ao crescimento habitacional do terreno que a circunda. (FARIA, 2005, p. 4794)

Apenas os altos muros afastam a favela do Matadouro dos condomínios, no entanto, configuram-se naquele espaço realidades urbanas distintas. Seriam ambos, favela e condomínios fechados, enclaves da segregação, espaços fisicamente delimitados por ocupações ilegais ou por condomínios fechados (LAGO, 2002).

Os traços de segregação entre o bairro de classe média e a favela do Matadouro são evidentes, contudo, é preciso aqui ressaltar que apesar dos moradores do bairro ignorarem veladamente a existência da favela, adotando uma postura indiferente aos

seus vizinhos (os favelados), os moradores da favela não são indiferentes ao que acontece do “outro lado”, possuem uma participação importante na vida das famílias e dos estudantes, ofertam uma mão de obra barata e acessível para executar serviços domésticos nas casas dentro dos condomínios, para faxinar e lavar as roupas dos estudantes, para trabalhar em serviços gerais dentro da universidade, entre outras coisas. Neste sentido a pesquisa realizada por Oliveira (2009) no Conjunto Habitacional Matadouro aponta que o trabalho de diarista desponta como a principal forma de geração de renda. Assim, se percebe um circuito dependente entre estes dois exemplos de segregação.

Ademias, a construção do Conjunto Habitacional Matadouro na favela Matadouro favoreceu a formação de uma área segregada dentro de outra área já segregada. Exatamente por não remover totalmente a favela do Matadouro que este aparelho da política pública de habitação municipal, implantada no seio da favela, tornou-se um ícone da diferenciação entre favelados e beneficiários de uma casa popular. O conjunto habitacional distingue os moradores, mas não modifica severamente o status de favela atribuído ao Matadouro. Esta diferenciação entre um grupo já estabelecido e novos moradores⁵⁴ de diferentes locais de origem acentua este novo processo de segregação interna dentro da favela. Em tempo, não se trata apenas de uma segregação simbólica, senão também física, já que os muros do conjunto separam seus moradores do restante da favela. Apesar de o conjunto localizar-se na favela matadouro, rapidamente foram criadas diferenciações, que já foram impregnadas no imaginário da população local que concebe o conjunto habitacional como um espaço diverso do restante da favela, bem como estigmatiza os moradores do conjunto. Um desses fatos, e talvez o principal deles, seja a atuação do tráfico de drogas dentro do conjunto.

Esta situação é comprovada visualmente, pois, a princípio, o conjunto se diferencia da favela, e isto dota seus moradores de um status diferenciado dos demais; segundo, ele se projeta negativamente dentro da favela e por toda a cidade como “o lugar” do tráfico de drogas dentro da favela do Matadouro. E esta atribuição é bem desenhada no imaginário da população, que concebe a existência de dois espaços semelhantemente diferenciados: um é a favela, com suas moradias precárias e poucos recursos urbanos; outro é o conjunto, favelizado por abrigar atividades de comércio de drogas.

⁵⁴ Em alusão ao trabalho de Elias (2000).

A publicização, por meio da mídia, de investidas e ações policiais dentro do conjunto torna-o um dos principais palcos da violência urbana no município, um tipo de violência descrito pelo uso constante da força, que rompe com rotinas cotidianas, e que possui um ator muito bem detalhado, neste caso, os traficantes de drogas (MACHADO DA SILVA, 2008). A consequência é a estigmatização de seus moradores, que são vistos como criminosos ou cúmplices. Além da proliferação de acusações, por parte dos moradores da favela, de que o conjunto habitacional “criminalizou” e “manchou” o nome da favela do Matadouro, que se gabava de ter pouca ou nula incidência do tráfico de drogas antes da inauguração do conjunto.

Lar e Negócio

Introdução

Antes da questão da segregação física – diferenciação sócio-espacial – o problema de pesquisa envolve a segregação moral – (mores), sendo perceptível como estilo de vida diferente. A casa ou o apartamento no modelo proposto pela política habitacional impõe um padrão moral e econômico alheio aos atores envolvido diante do qual são pouco aptos a se adequar. O uso econômico da casa é um desses aspectos e demonstra o desconhecimento das formas populares de promoção de renda.

O uso econômico do lar, principalmente para as atividades voltadas ao comércio ou prestação de serviços, constitui um recurso utilizado para obter rendimentos. Segmentos populares ou de classe média oferecem serviços de costura em casa, constroem um pequeno bar ou mercearia, ou ofertam serviços pessoais, sofisticados ou modestos, tradicionais ou de ocasião, que são observáveis por toda a cidade.

Sendo estes recursos mais notáveis em áreas habitacionais como favelas ou bairros populares. Talvez por esse motivo Turner (apud CARDOSO, 2007, p. 226) considere que “a favela ao se desenvolver progressivamente constitui poderoso agente de integração econômica – graças ao fato de que aí muitos têm liberdade para investir seus próprios recursos à sua maneira individual”. Esta “liberdade” é, contudo, limitada, visto a precariedade das moradias nas favelas, aliada às dificuldades de acesso aos serviços sociais, que implicam considerável privação nas oportunidades de vida. A pobreza, realizada concretamente pela ausência, gera uma limitação das liberdades individuais na escolha de qualquer estilo de vida (SEN, 2000).

A inserção em programas habitacionais melhora, obviamente, a condição de moradia e reduz significativamente problemas relacionados à saúde e segurança. Contudo, se percebe a dissociação de programas habitacionais com oportunidades sociais que influenciem na liberdade substantiva de um indivíduo viver melhor. Neste sentido, a ausência de políticas educacionais e de geração de renda, voltadas para as populações participantes de programas habitacionais, tendem a reproduzir a situação de exclusão na

participação efetiva de atividades políticas e econômicas (CRESPO & GUROVITZ, 2002).

A união entre lar e negócio foi identificada por Ribeiro (1994, p. 639) no período da República Velha, dada principalmente por portugueses moradores do Rio de Janeiro que não faziam “grandes separações entre o comércio e o local de moradia; eram contíguos ou unidos por corredores e portas”. Mais recentemente, o fenômeno de agregar ao espaço da casa uma função rentável foi reconhecido nos estudos e pesquisas realizados em Conjuntos Habitacionais do Rio de Janeiro (BURGOS, 2005; SIMÕES 2008).

A casa e sua extensão exercem um papel econômico que não é atentado pelos planejadores e executores de políticas habitacionais em seus projetos. Essa inadequação é contornada com as modificações, adaptações e mudanças de uso. Para Arruda (2009, p. 25) “a casa e seu entorno são mais que apenas um espaço físico, mas funcionam como lugar de encontro, de sociabilidade, de comércio e outros recursos ignorados na construção da habitação social dos conjuntos”.

Em Campos dos Goytacazes, foi verificada a expansão de serviços econômicos dentro de casas dos conjuntos habitacionais do município, conforme apurado nos trabalhos de Arruda (2009) e Oliveira (2009, p. 53), este último observou em três conjuntos, incluindo o Conjunto Habitacional Matadouro, que há “uma intensiva utilização das unidades residenciais (ainda que de forma parcial) para fins comerciais. Entre as atividades observadas se encontravam pequenos botequins e bancas de comércio varejista”.

As observações feitas por estes autores desenharam-se de forma superficial, pois nenhum deles tratou o tema ao ponto de ponderar sobre a utilização de um aparelho de política habitacional para auferir renda com base em uma economia familiar, informal, improvisada e, muitas vezes, precária e insuficiente.

Os dados socioeconômicos contidos no trabalho de Oliveira (2009)⁵⁵ fornecem um panorama sobre a situação geral dos moradores de três conjuntos habitacionais de

⁵⁵ Em sua pesquisa Oliveira (2009) aplicou questionários em três conjuntos habitacionais do município de Campos dos Goytacazes (Conjunto Habitacional Oswaldo Gregório; Residencial das Oliveiras; e Conjunto Habitacional Matadouro). Os dados extraídos de sua pesquisa fazem referência a amostra de 39 entrevistadas no Conjunto Habitacional Matadouro, onde ele conseguiu coletar dados referentes a situação socioeconômica da população, inserção em programas assistenciais, trajetória habitacional, satisfação, dentre outros.

Campos dos Goytacazes. Em relação à renda, 77,3% da população econômica ativa pesquisada estava em situação de desemprego formal, o que culminava numa condição ocupacional onde imperavam o trabalho informal, a ausência de trabalho e a aposentadoria. Especialmente no Conjunto Habitacional Matadouro o encadeamento dos dados revelava uma realidade negativa: uma população majoritariamente em idade produtiva (46,2% com faixa etária de 21-30 anos); com baixo nível de escolaridade (40% dos entrevistados mal conseguiram ultrapassar o ensino fundamental); e renda familiar igual ou inferior a dois salários mínimos. Oliveira (2009, p. 62) conclui que “a renda familiar está aquém das necessidades das moradias, cujo número médio de moradores é de 4,0. Este descompasso é ainda mais óbvio em diversas residências cujas famílias são compostas por até 10 indivíduos”. Outra constatação negativa revela que arquitetura do conjunto, uma estrutura habitacional peculiar em relação aos outros conjuntos do município, já que se trata de moradias verticais, organizadas em blocos de apartamentos, inviabilizou a execução de muitas atividades informais de geração e complementação de renda. Segundo Oliveira (2009, p. 62-63),

No tocante à questão do desemprego, a situação mais precária é a do Matadouro. Segundo o que se apurou junto aos moradores do Matadouro, a condição de moradia imposta pelo modelo vertical adotado pela PMCG, acabou criando um grande problema que foi a inviabilização de pequenas atividades comerciais que antes serviam para complementar a renda das famílias. Assim, a maioria dos moradores do Conjunto do Matadouro relatou que as principais fontes de renda pré-remoção (i.e.; criação de animais, prestação de serviços como carroceiros, uso das residências para o funcionamento de locais de prestação de serviços e comércio) acabaram sendo inviabilizadas. Assim, a mudança para os apartamentos implicou uma diminuição da renda das famílias, sem que tivesse sido oferecida pelo poder público qualquer alternativa para a geração de renda (OLIVEIRA, 2009, p. 62-63).

Aparentemente, a explanação destes dados revela uma conjuntura de favorável para a informalidade⁵⁶, principalmente para as atividades que podem se suportar na estrutura habitacional. Contudo, é preciso esclarecer a dificuldade em explorar o conceito de informalidade, que envolve diversos modos de trabalho decorrentes do desemprego e da precarização do emprego assalariado. O trabalho não-assalariado; autônomo; por conta-própria; pequenas empresas familiares; e seus empregados exemplificam da amplitude

⁵⁶ Para Noronha (2003) o conceito de informalidade abrange fenômenos diversos. Assim, o significado da informalidade fica dependente da conceituação de formalidade. Popularmente, no Brasil, são informais os empregados que não possuem carteira de trabalho assinada.

do tema, que simploriamente pode ser dividido em dois grandes eixos de interpretação da informalidade: O primeiro seria denominado como “círculo informal virtuoso”, que envolve os segmentos mais qualificados da força de trabalho, verdadeiros empreendedores que se lançam a um mercador inovador e criativo; O segundo seria o “círculo informal vicioso”, nascido do empobrecimento dos trabalhadores e do enfraquecimento das proteções legais conseguidas via trabalho, considerado um trunfo estratégico de sobrevivência (MACHADO DA SILVA & CHINELLI, 1997, p. 26-27).

Por sinal, a utilização do termo “estratégias de sobrevivência” só ganha valor se contextualizada a uma situação de desemprego estrutural, formadora de um contingente empobrecido que favorece a informalidade, a reciprocidade e solidariedade (LIMA, 2008). Dada a situação de pobreza e desemprego, a informalidade perde seu caráter virtuoso como grande alternativa aos empregos formais e segurança salarial, para Lima (2008, p. 88),

Assim como a favela passou a ser uma solução precária para a ausência de uma política pública de habitação, a informalidade na relação de trabalho vem se tornando uma perversa alternativa na ausência de políticas públicas na garantia do trabalho (LIMA, 2008, p. 88).

A economia informal, ao menos quando se faz um recorte voltado para este estudo, onde as atividades desenvolvidas pelos sujeitos abordados são identificadas como pequenos comércios familiares, entretanto, não é uma “solução” disponível a todos. Na realidade do Conjunto Habitacional Matadouro, com base nos depoimentos, foi identificado que estas disposições práticas estão diretamente relacionadas a três fatores fundamentais: 1) Local para desenvolver a atividade (a casa ou o espaço coletivo de moradia cumprem este papel); 2) Capital financeiro para o investimento (ou capacidade de consegui-lo); 3) Rede social (aceitação e clientela). Reunidas estas disposições e alcançada a estratégia do negócio próprio, começa a busca pela estabilidade, que significa, à priori, o envolvimento do maior número possível de familiares no negócio (mesmo sem remuneração direta); ascensão social (indicado principalmente pelo aumento do consumo); renda suficiente para o sustento da família. São estes pontos que serão adiante expostos com base nas abordagens aos moradores-comerciantes.

4.1 - As práticas dos moradores do Conjunto Habitacional Matadouro e seu entorno.

Ao adentrar no Conjunto Habitacional Matadouro os pontos de comércio, as placas ofertando serviços e as modificações que a arquitetura do Conjunto sofreu para que tais práticas pudessem ser implementadas chamam a atenção. Tamanho foi o espanto da pesquisadora, sendo que ela ainda nem cogitava adotar tal objeto de estudo, quando poucos meses após a inauguração do Conjunto ela verificou tais mudanças e refletiu sobre a disposição e capacidade de empreender economicamente daquela população. Ao longo do tempo, alguns conseguiram prosperar, outros fecharam e muitos outros surgiram. Os serviços se diversificaram e, atualmente, o pátio do Conjunto apresenta pontos de obras, que futuramente serão novos bares, lanchonetes e mercearias⁵⁷.



Figura 7 - Foto da parte interna do Conjunto Habitacional Matadouro (arquivo pessoal)

Entre os 15 blocos do Conjunto foi possível visualizar a distribuição de pontos de bares e mercearias, que são os mais abundantes e funcionam de dois modos: com a utilização de um dos cômodos do apartamento no térreo, ou com a construção de barracas de madeira ou alvenaria no pátio interno do Conjunto. Nos blocos 11 e 13 foram feitas

⁵⁷ Alguns conjuntos habitacionais construídos pela Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes possuem área destinada ao comércio. Porém, em saída de campo do dia 24/10/2009, realizada pela disciplina Tópicos Especiais em Estudos Urbanos, verificou-se que, por exemplo, no Conjunto Oswaldo Gregório esta área se encontrava desativada e deprecada, enquanto alguns moradores ofertam serviços de comércio em suas casas.

adaptações em cômodos para o funcionamento de mercearias, as duas são dirigidas por mulheres, que além de comandar os negócios com a ajuda dos filhos, são as “chefes” de suas famílias.

Os bares não utilizam os espaços dos apartamentos, mas se dispõem entre os blocos em construções de madeira ou alvenaria. O maior bar do Conjunto é em alvenaria e fica na parte interna do muro frontal, possui mesa de sinuca, máquinas de jogos e também funciona como uma pequena mercearia:



Fig.08 – Bar e mercearia (em alvenaria na parte interna do muro frontal, na frente do “parquinho” das crianças) [arquivo pessoal].

Na parte interna do muro traseiro há outro bar em alvenaria, também com mesa de sinuca e máquinas de jogos, seu dono não morava no conjunto e, as vezes, dormia dentro do bar, mas atualmente ele ocupa um dos apartamentos; No bloco 7, feito com madeira e compensado, há um botequim que funciona no período da noite e nos finais de semana; Na entrada do bloco 5 funciona, em construção de madeira, um churrasquinho, mas há um processo de construção em alvenaria no mesmo local.



Fig. 09 – Bar (construção com pedaços de madeira e compensados, de frente a um bloco, interditando a calçada) [arquivo pessoal].

A identificação visual, contudo, prejudicou o reconhecimento de outras práticas que também são desenvolvidas nos apartamentos, porém não possuem pontos de comércio ou anúncios. São encomendas de salgados, costuras, serviços pessoais de cabeleireiro e manicure e artesanato. Estas atividades, apesar de não divulgadas, chegaram ao conhecimento da pesquisadora através das conversas com comerciantes e moradores do Conjunto Habitacional, e mesmo sem uma pesquisa aprofundada ficou reconhecida a importância do lar para desenvolver tais serviços. Outro ponto de reflexão em relação a estas atividades desenvolvidas dentro do lar, porém ausentes de um ponto de venda e de divulgações impressas, é que estas agregam um caráter de maior vulnerabilidade quanto aos rendimentos financeiros, já que estão totalmente dependentes de propaganda boca-a-boca e da manutenção de uma rede de clientes.



Fig. 10 – Merceria no Bloco 13 (utilizando um dos cômodos do apartamento) [arquivo pessoal].



Fig. 11 – “Bar do Caiu” (em alvenaria, nos fundos do Conjunto) [arquivo pessoal].

No lado externo do Conjunto também foram encontrados lares adaptados para o funcionamento de comércios ou bares. De frente ao conjunto há um bar e um restaurante que fornece quentinhas tanto para a favela com para o Conjunto. Pela proximidade e similaridade entre as atividades, entendeu-se que há uma continuidade entre favela e conjunto no referente às práticas comerciais.

Sem a intenção de aprofundamento, é necessário também citar a atividade do tráfico de drogas como uma atividade econômica que se desenvolve dentro do Conjunto. Quando se fala sobre o desenvolvimento do tráfico, deve-se atentar que antes da inauguração do conjunto, o movimento de tráfico já atuava na favela do Matadouro, o Conjunto propiciou a expansão desta atividade, inclusive há denúncias de que o tráfico expulsou moradores de alguns apartamentos nos últimos blocos e os ocupou. Tal denuncia deflagrou operação conjunta das polícias civil e militar⁵⁸, que obteve apoio do setor de habitação da prefeitura, para revistar todos os apartamentos do Conjunto Habitacional Matadouro.

⁵⁸ “Operação Paradigma”, 15 de maio de 2010. In: <http://in360.globo.com/rj/noticias.php?id=9234>

QUADRO 6: TIPOS DE NEGÓCIOS IDENTIFICADOS DENTRO DO CONJUNTO HABITACIONAL MATADOURO E NA FAVELA MATADOURO.

Tipo de Negócio	Local	Descrição	Abordagem e/ou Aplicação de questionário	Observação
Mercearia	Bloco 11	A mercearia fica numa adaptação de um dos cômodos do apartamento no térreo. Vende produtos alimentícios, salgados e quentinhas.	Sim.	Em funcionamento.
Mercearia	Bloco 13	A mercearia fica em um dos cômodos do apartamento no térreo. Vende produtos alimentícios e picolés.	Sim.	Em funcionamento.
Bar	Colado ao muro traseiro.	Sofreu ampliações, vende bebidas e possui jogos. Nos finais de semana são realizados shows no local.	Sim.	Em funcionamento.
Bar	Bloco 7	Feito de pedaços de madeira e compensados, apresentando uma estrutura precária. Vende bebidas no período da noite e nos finais de semana.	Não.	Em funcionamento.
Bar e Mercearia	Colado ao muro dianteiro.	O maior bar do Conjunto sofreu muitas modificações/ampliações. Vende bebidas e produtos alimentícios e de limpeza.	Sim.	Em funcionamento.
Venda de Quentinha	Bloco 10	Venda de quentinhas produzidas dentro do apartamento.	Não.	Em funcionamento.
Manipulação e Venda de Cloro	Bloco 4	O cloro é produzido na antiga casa que fica na favela do Matadouro. A maior parte do produto é vendida dentro do Conjunto.	Sim.	Em funcionamento.
Churrasquinho	Em frente ao bloco 6.	Sofreu ampliações e hoje é de alvenaria. Oferece churrasco e bebidas.	Sim.	Em funcionamento.
<i>Lan house</i>	Bloco 11	Oferecia serviço de internet, impressão e jogos dentro de um apartamento	Sim.	Fechada após operação policial ⁵⁹ que verificou

⁵⁹ “Operação Paradigma” cumpre mandados em 265 apartamentos do Matadouro. In: <http://in360.globo.com/rj/noticias.php?id=9234>, 15 de maio de 2010.

				a inexistência de notas fiscais dos equipamentos.
Casa de Jogos	Bloco 3	Oferecia jogos de vídeo-game e outros em um dos cômodos de um apartamento	Não.	Fechada em operação policial.
Banca de Doces e Salgados	Em frente ao bloco 3	Oferta de salgados e doces utilizando apenas uma mesa na frente do bloco.	Sim.	Em funcionamento.
Bar	Favela Matadouro. Em frente ao Conjunto.	Vende bebidas em um dos cômodos da casa.	Sim.	Em funcionamento.
Bar e Restaurante	Favela Matadouro. Em frente ao Conjunto.	Vende bebidas e refeições em um espaço amplo anexo a casa.	Sim.	Em funcionamento.

4.1.1 - Tipos de negócios e modos de trabalho

Neste item será realizada uma análise acerca dos tipos de negócios exercidos nas unidades residenciais do Conjunto com base na amostra dos questionários aplicados (nove) e nas abordagens realizadas durante o período de observação⁶⁰. A intenção é realizar um cruzamento de informações sobre: desenvolvimento da atividade; tipo de investimentos; características da clientela; mão-de-obra empregada; desenvolvimento de atividades paralelas; dentre outras questões que formem um quadro capaz de ilustrar como se baseiam os modos de trabalho dos moradores-comerciantes do Conjunto Habitacional Matadouro.

Essencialmente o local de negócio é o mesmo da moradia, entretanto a adaptação da casa ou a construção/concessão do ponto de negócio no interior do Conjunto apresenta peculiaridades. Em alguns casos, fica evidente o condicionamento a regras e acordos com os outros moradores, são geralmente acordos de sociabilidade, ou intermediações com pessoas legitimadas na localidade do Matadouro⁶¹.

“Desenvolvo minha atividade na frente de um bloco. Pagava aluguel pelo ponto de outra pessoa. Mas quando esta pessoa foi embora do Conjunto eu conversei com os moradores do bloco e eles aceitaram que continuássemos aqui”. Depoimento 1⁶²

“O Bar fica no final do conjunto. Conversei com a presidente da associação de moradores, que liberou”. Depoimento 2⁶³

O Depoimento 3⁶⁴ expressa que a atividade desenvolvida relaciona o Conjunto Habitacional e o antigo lugar de moradia. Seu dono nasceu e morava na favela do Matadouro, em uma casa que abrigava 12 pessoas. Removido para o conjunto em 2008, ele agora utiliza a antiga casa, que ficou desocupada, na manipulação de produtos de limpeza (cloro e desinfetante). Aprendeu a função há seis anos, quando trabalhou em uma fábrica no Parque Prazeres, pediu demissão e com R\$ 1.000 (mil reais) da rescisão de contrato começou e a desenvolver a atividade por conta-própria: produz os produtos

⁶⁰ As entrevistas, conversas e aplicação de questionários serão utilizadas no texto no formato de depoimentos, que serão codificados com as informações sobre os depoentes (sexo, idade, escolaridade e profissão) em notas de rodapé.

⁶¹ Não foi identificada nenhuma organização de condomínio do Conjunto Habitacional Matadouro. Há uma associação de moradores na favela do Matadouro que abrange o Conjunto.

⁶² Depoimento 1: Mulher, 32 anos, ensino fundamental incompleto, auxiliar de serviços gerais..

⁶³ Depoimento 2: Homem, 35 anos, ensino médio incompleto, pintor.

⁶⁴ Depoimento 3: Homem, 25 anos, ensino fundamental incompleto, ajudante de pedreiro.

na antiga casa na favela do Matadouro e vende no interior do Conjunto Habitacional, também leva encomendas para moradores do “Bairro” do Matadouro. Não considera o lugar uma favela, pois “*tráfico de drogas tem em todo lugar*”. Contudo, logo esclarece que esta é uma atividade secundária: “*Trabalho mesmo é em obra, cloro é pra complementar a renda*”.

Este depoimento revela um dos fenômenos da informalidade: complementar a renda total conseguida através do assalariamento. Para Machado da Silva (1984, p. 87), nestes casos, o trabalho assalariado permanecerá como principal fonte de renda, já que certamente demandará mais horas de trabalho, “um caso muito comum de extensão do tempo de trabalho é a combinação de empregos regulares, assalariados, com o auto-emprego”.

Os investimentos variam entre a simples compra de mercadoria, reformas na casa, e a construção de um espaço no pátio do Conjunto. Ficou demonstrada a capacidade dos entrevistados em angariar recursos, principalmente sob a forma de empréstimos em bancos ou utilizando o FGTS, o que indica que uma parte dos entrevistados possuía um trabalho formal (com carteira assinada) antes de investir em um negócio. Os valores e a manipulação dos recursos variavam:

“Peguei um empréstimo de 6 mil no banco para investir mais nas quentinhas. Por semana tenho um gasto de 2 mil”. Depoimento 4⁶⁵

“Fiz um grande investimento de mercadoria. Investi 14 mil reais para construir o bar de alvenaria”. Depoimento 5⁶⁶

“Peguei empréstimo de R\$ 4,5 mil para construir, to pagando até hoje”. Depoimento 6⁶⁷

O Depoimento 7⁶⁸ demonstra que o investimento pioneiro foi realizado com a aquisição de um apartamento no Conjunto: “*surgiu a oportunidade de comprar um dos apartamentos do Conjunto, eu pedi demissão e comprei com o dinheiro do acordo que fiz com os patrões, e mais que eu tinha juntado*”. Mesmo que ilegal, a venda de unidades habitacionais é identificada em conjuntos habitacionais do município de

⁶⁵ Depoimento 4: Mulher, 58 anos, ensino superior, pensionista.

⁶⁶ Depoimento 5: Homem, 33 anos, ensino fundamental completo, ajudante de pedreiro.

⁶⁷ Depoimento 6: Mulher, 32 anos, ensino fundamental incompleto, auxiliar de serviços gerais..

⁶⁸ Depoimento 7: Mulher, 47 anos, ensino fundamental incompleto, doméstica.

Campos dos Goytacazes. Em 2010, a prefeitura divulgou⁶⁹ irregularidades no Conjunto Habitacional Matadouro, dentre elas a venda de seis apartamentos⁷⁰. A entrevistada demonstrou que além da casa própria, o desejo pelo trabalho próprio era antigo, as para isso ela teria que trocar seu apartamento no 3º andar por um no térreo. E assim foi feito. Em seguida, seu investimento no negócio foi inicialmente baixo, segundo ela: “400 reais, que restou do dinheiro que juntei para comprar o apartamento, comprei tudo de doces e pipocas. Depois fiz algumas melhorias no apartamento e outros investimentos”. Melhorias, reformas e investimentos que mudaram significativamente o negócio e a casa da entrevistada. Ela mudou a cozinha de lugar devido aos vazamentos e o desabamento do teto de gesso, instalou uma caixa d’água e fez uma entrada alternativa com corredor pela parte da frente do bloco. Seu negócio também prosperou, virou uma mercearia e também há venda de quentinhas, que são fornecidas para os moradores do Conjunto, seus principais clientes.



Fig. 12 – “Mercearia Moria” (Bloco 11, utilizando um dos cômodos do apartamento) [arquivo pessoal].

A clientela, por sinal, é ampla. Calcula-se que morem no Conjunto cerca de 1.500 pessoas, potenciais fregueses de bares, mercearias, e afins. De acordo com os depoimentos, os principais clientes são os moradores do conjunto, eventualmente, o serviço é estendido para moradores do bairro, amigos ou visitantes. Um dos entrevistados diz que “*quem compra mais quentinha é o pessoal da UENF. Para as bebidas é o pessoal da comunidade que compra ou então do conjunto (...) tem gente*

⁶⁹ Conjunto habitacional em Campos apresenta uma série de problemas. <http://intertvonline.globo.com/rj/noticias.php?id=9307>. Publicado em 21/05/2010.

⁷⁰ O termo de permissão de uso proíbe a venda, troca ou aluguel do imóvel cedido pela Prefeitura Municipal de Campos. A infração esta sujeita ao despejo do atual morador e perda do cadastro na prefeitura.

que mora lá dentro [do Conjunto habitacional] que não faz nada lá, até cerveja vem comprar no meu bar” (Depoimento 8⁷¹).

A família constitui um fator importante para a prosperidade do negócio, pois atua como sua principal força de trabalho. O trabalho exercido dentro do lar facilita o revezamento, a ajuda e, conseqüentemente, o envolvimento de todos os membros da família no negócio. As mulheres, donas do lar e do negócio, evidentemente, acumulam responsabilidades, cuidam da casa, dos filhos e do negócio. Talvez aí a importância da união entre o lar e a atividade lucrativa, eliminando o trabalho remunerado em tempo integral – fora de casa, e concentrando as atividades por conta própria dentro do lar. Cabe ressaltar neste caso a extensão da jornada de trabalho, são esforços múltiplos ao tocar o negócio e administrar o cuidado da casa e com a família (MACHADO DA SILVA, 1984).



Fig. 13 – “Churrasquinho do Fabinho” (em alvenaria, de frente a um bloco e interditando a calçada) [arquivo pessoal].

Nas entrevistas realizadas ficou em evidência que os negócios são familiares. O envolvimento de um ou mais membros da família foi uma constante, porém, sem a relação hierárquica entre contratante e contratado, o trabalho familiar era encarado como uma ajuda mútua, livre de acordos rígidos relativos ao tempo de trabalho, tipo de função ou remuneração. Raros foram os relatos de contratação externa, quando ocorria, esta contratação era feita também informalmente, simples acordos “de boca”, onde era decidido remuneração, funções e horas de trabalho.

⁷¹ Depoimento 8: Mulher, 58 anos, ensino superior, pensionista.

“Meus dois filhos me ajudam”. Depoimento 9⁷²

“Trabalho eu e minha esposa”. Depoimento 10⁷³

“Tem uma menina que me ajuda a fazer a comida, além dos meus dois filhos que me ajudam muito” Depoimento 11.⁷⁴

“Eu trabalho sozinho”. Depoimento 12⁷⁵

Ainda no tocante à força de trabalho empregada, este tipo de atividade cria a falsa impressão de controle no tempo e ritmo de trabalho. Puro engano, o comércio dentro do lar implica na intensificação do trabalho e outros infortúnios, como solicitações de vizinhos e clientes em períodos fora do funcionamento. Uma das entrevistadas revela que a junção entre lar e negócio não lhe deixa tempo de folga: *“abro a mercearia de segunda a segunda, das 08h às 20h. Nos finais de semana deixo aberto até mais tarde, e quando fecho porque estou doente ou cansada, vem sempre alguém aqui, comprar um remédio, pedir alguma coisa...”* (Depoimento 13⁷⁶). Segundo Machado da Silva (1997, p. 39) este tipo de atividade leva a uma “crescente dificuldade de distinguir entre trabalho e descanso, trabalho e não-trabalho, trabalho e lazer”.

4.2 - As trajetórias habitacionais e ocupacionais: Adaptação e prosperidade.

Traçar a trajetória habitacional e ocupacional dos entrevistados trará a percepção de que ao longo do tempo casa e trabalho foram permeados de instabilidade. Contudo, a segurança habitacional advinda através da intervenção governamental também repercutiu numa situação mais estável de trabalho. A casa concedida pela política habitacional possibilitou o desenvolvimento de um negócio passível de investimentos e ampliações, conforme o mercado local e as oportunidades. Mas nem sempre foi assim. Condições de moradia e trabalho já foram muito precárias, os entrevistados já passaram por enchentes que condenaram suas casas, já ocuparam moradias transitórias e acampamentos. Quanto ao trabalho, um fluxo intenso de deslocamentos, entre o mercado formal e não-formal, entre o emprego e sua ausência.

⁷² Depoimento 9: Mulher, 35 anos, ensino fundamental incompleto, cozinheira.

⁷³ Depoimento 10: Homem, 33 anos, ensino fundamental completo, ajudante de pedreiro.

⁷⁴ Depoimento 11: Mulher, 58 anos, ensino superior, pensionista.

⁷⁵ Depoimento 12: Homem, 25 anos, ensino fundamental incompleto, ajudante de pedreiro

⁷⁶ Depoimento 13: Mulher, 47 anos, ensino fundamental incompleto, doméstica.

As trajetórias habitacionais estão repletas de mudanças, mas também apresentam vínculos com o local. Ao analisar as entrevistas é visível a migração entre bairros, favelas e até mesmo cidades.

*“Antes de casar eu morei na Tira-Gosto e no Parque Prazeres, depois vim pro Goiabal de aluguel. Daí eu fui lá pro terreno do Matadouro e consegui essa casa aqui”*⁷⁷. Depoimento 14⁷⁸

“No início eu morei no terreno, mas fui pra Cabo Frio e depois Macaé. Eu trabalhava de doméstica lá, fazia tudo, até vendia coisa na praia. Surgiu a oportunidade de comprar esse apartamento aqui, eu vendi tudo, fiz acordo com os patrões e vim”. Depoimento 15⁷⁹

Outras entrevistas demonstraram o vínculo com a localidade, mas também instabilidade, ora morando na favela Matadouro, ora na favela Tira-Gosto⁸⁰, ora na ocupação do terreno das ruínas do antigo matadouro, à mercê de enchentes, de remoções para abrigos, ausentes de qualquer estrutura urbana, numa contínua apreensão e ansiedade para a concessão da casa própria.

“Eu morei em um barraco no terreno do matadouro, morei lá por seis anos esperando essa casa. Demorou muito e eu fui ficando, trabalhava em um trailer na rua”. Depoimento 16⁸¹

Como elucidado, muitos dos atuais comerciantes do Conjunto Habitacional já desenvolviam a atividade comercial antes da concessão da casa. A atuação dentro do lar ou próxima a ele, como é o caso do trailer próximo do terreno de ocupação, consolidam a tese que a casa é o aparato genuíno para a reprodução dos pobres. Um dos entrevistado revela que mesmo na mais total precariedade habitacional, fazer uma “vendinha” no barraco era uma estratégia para complementação da renda: *“Trabalho com essa venda faz tempo... desde que eu morava lá no terreno. Só que lá eu também*

⁷⁷ Goiabal também é uma favela que faz parte do corredor de favelas da Lapa. O terreno mencionado faz referência à ocupação nas ruínas do antigo Matadouro.

⁷⁸ Depoimento 14: Mulher, 37 anos, ensino fundamental incompleto, doméstica.

⁷⁹ Depoimento 15: Mulher, 47 anos, ensino fundamental incompleto, doméstica.

⁸⁰ Tira-Gosto e Matadouro são duas favelas quase que conurbadas. Integram um corredor de favelas à margem direita do Rio Paraíba, chamado de “corredor de favelas da Lapa”.

⁸¹ Depoimento 16: Homem, 33 anos, ensino fundamental completo, ajudante de pedreiro.

trabalhava em casa de família, aí só abria nos finais de semana ou quando chegava cedo” (Depoimento 17⁸²).

No referente às trajetórias ocupacionais revelou-se que os entrevistados sobreviviam transitando entre empregos formais e o desemprego, sendo o trabalho por conta própria quase que a única alternativa à falta de emprego.

“Eu era vigia de creche, trabalhava na prefeitura, mandaram todo mundo embora e eu abri o bar para sobreviver”.
Depoimento 18⁸³

“Eu já trabalhei de ajudante de pedreiro, motorista e carregador. Era tudo carteira assinada. Fiquei sem emprego e abrir o trailer foi a única opção”. Depoimento 19⁸⁴

“Há 4 meses onde eu trabalhava faliu, aí eu adaptei meu trabalho pra cá”. Depoimento 20⁸⁵

Contudo a condição do trabalho por conta própria é muito incerta, pode satisfazer ou não. Por muitos é encarado como uma alternativa passageira até o retorno ao mercado de trabalho formal, como demonstra essa entrevistada, *“Tô nessa [bar] porque não tem nada pra fazer. Eu trabalho em qualquer coisa de carteira assinada, como doméstica, em firma de limpeza...”* (Depoimento 21⁸⁶). Foi verificado que o trabalho com bar é, muitas vezes, um incômodo, pois quando perguntado se o trabalho por conta própria era bom, um entrevistado respondeu: *“Não. É um péssimo trabalho, só faço porque tenho que manter meus filhos. Trabalho com cachaça, traz aporrinhção, só faço isso porque não tem mais nada para fazer”* (Depoimento 22⁸⁷). Em contrapartida, para muitos, a atividade é melhor do que a ausência de emprego, além disso, *“é melhor do que ser mandado e não ter reconhecimento (...) eu quero é crescer meu negócio e começar a pagar o INSS”* (Depoimento 23⁸⁸).

A busca pela estabilidade é uma constante, o desejo pela carteira assinada transpassa a necessidade de um salário fixo, o anseio é pela garantia da aposentadoria, pelos direitos concernentes ao trabalho formal (férias, 13º, seguro desemprego). As incertezas quanto

⁸² Depoimento 17: Mulher, 37 anos, ensino fundamental incompleto, doméstica.

⁸³ Depoimento 18: Homem, 52 anos, ensino fundamental incompleto, vigia de creche.

⁸⁴ Depoimento 19: Homem, 33 anos, ensino fundamental completo, ajudante de pedreiro.

⁸⁵ Depoimento 20: Mulher, 35 anos, ensino fundamental incompleto, cozinheira.

⁸⁶ Depoimento 21: Mulher, 37 anos, ensino fundamental incompleto, doméstica.

⁸⁷ Depoimento 22: Homem, 52 anos, ensino fundamental incompleto, vigia de creche.

⁸⁸ Depoimento 23: Mulher, 47 anos, ensino fundamental incompleto, doméstica.

aos rendimentos no final do mês desestimulam alguns. Ao mesmo tempo em que o lucro pode surpreender, ele às vezes só garante a subsistência e a manutenção do negócio. Para uma das entrevistadas, casa e trabalho são atualmente motivos de satisfação, *“consegui tudo aos pouquinhos, foi juntando, comprei o freezer em 12 parcelas, eu sempre quis ter meu negócio, e agora eu tenho quase tudo: eu gosto daqui, não pago aluguel, é próprio, e trabalho em casa”* (Depoimento 24⁸⁹).

4.3- As transformações cotidianas da vida em conjunto

Senão gestores públicos, engenheiros e arquitetos a reinventarem o modo de fazer conjuntos, propiciando a participação das populações no planejamento e construção dos projetos, serão os próprios moradores que reinventarão o modo de viver em conjuntos, transformando-os incansavelmente, satisfazendo suas necessidades e dotando-os de identidade. Sem isso, os conjuntos habitacionais continuarão como “calos” urbanos, que não atendem ao projeto de urbanização, nem a seus moradores.

“O que a prefeitura não entende é que pobre não serve para morar em apartamentos, não sabe como conviver” (Depoimento 25⁹⁰).

A acusação de que “pobre não sabe viver em conjunto” nos faz levantar a questão: Qual o sentido do conjunto habitacional? Cabem aqui ao menos dois sentidos fundamentais, o sentido do construir e o sentido do morar. Os dois sentidos, se confrontados, evidenciarão a inadequação existente entre o projeto habitacional e o morador.

O sentido do conjunto habitacional para aqueles que o constroem é a construção em si, seu sentido final é a estrutura física, o próprio conjunto, que colabora para o fim do déficit habitacional ou que remedia situações de risco. Já para aqueles que moram, conjunto habitacional, e cada residência construída, é a moradia, um projeto de vida único, a extensão e o meio de reprodução de seu morador. Para Soares & Espinheira (2006, p. 62) a política habitacional de construção de conjuntos é paradoxal, privilegia a forma e ignora seu conteúdo, *“há uma projeção urbano-arquitetônica, mas não há uma projeção social do sujeito”*.

A forma raramente considera as necessidades individuais, os hábitos e costumes precedentes. Removidos para um conjunto habitacional, os moradores deixam para trás

⁸⁹ Depoimento 24: Mulher, 47 anos, ensino fundamental incompleto, doméstica.

⁹⁰ Depoimento 25: Mulher, 47 anos, ensino fundamental incompleto, doméstica.

a sensação de pertença do antigo local de moradia. Se readaptar é difícil. São raros os projetos que incentivam a efetiva participação dos beneficiários no planejamento, uma participação que vá além da pesquisa socioeconômica e de um cadastramento, que torne o beneficiário parte do projeto, modificando-o e sendo modificado por ele, fazendo do projeto habitacional um projeto social, um novo projeto de vida para aqueles que o habitam.

A participação popular é veladamente minada. Os usuários de políticas habitacionais raramente são compostos por grupos estruturados, encarados como meros coletivos, suas escolhas e necessidades não são ouvidas ou priorizadas na construção do projeto. Inexperientes em rituais democráticos, ocorre a estes grupos a interiorização do estigma da pobreza, se desqualificam e são desqualificados na tomada de atitudes interventivas (NUNES, 2002).

Especialmente na construção do Conjunto Habitacional Matadouro as formas de participação foram muito limitadas. Além do cadastramento socioeconômico, os moradores só tiveram contato com o órgão público responsável no período de pré e pós-ocupação, quando foram realizadas reuniões e palestras orientadoras sobre o uso do apartamento e o dever com o pagamento de contas, afirmando um projeto habitacional disciplinador. Neste sentido, Arruda (2009 p. 68) diz que os projetos impõem um ajustamento que requer mudança de vida, de hábito e de costume, “entretanto, muitos moradores se apropriam do espaço a partir de seus próprios valores”. Isto pode ser um forte mecanismo de adaptação, mas também uma faísca para geração de conflitos.

A vida em um conjunto habitacional requer acordos coletivos, entretanto, há um grande distanciamento entre o projetado e o vivido. A mudança para o conjunto desfaz antigas relações e refaz uma nova convivência que não é costumeira para muitos. É uma nova arquitetura, novos vizinhos, novos espaços. Eis a dificuldade de convivência no conjunto habitacional, que compreende dois espaços distintos, um privado e outro coletivo. Há uma delicadeza nesta questão, pois até mesmo dentro do espaço privado, a casa de cada um, pode ocorrer interferências no espaço coletivo, como verificou Oliveira (2009) reclamações sobre arremesso de lixo e objetos pela janela e o desrespeito à lei do silêncio. Por outro lado, sem uma estrutura organizada, o cuidado com a parte coletiva pertence a todos e, ao mesmo tempo, ninguém. Há uma forte

tendência à lei do mais forte ou do mais influente, o espaço é coletivo, mas algumas interferências geram benefícios individuais.

Temos aqui algumas situações que nos levam à questão da transformação do espaço: 1) Inadequação entre projeto e necessidade; 2) ausência de participação da população no planejamento; 3) falta de controle sobre os espaços (vazio institucional). Para Leitão e Andrade (2007, p. 14) “as transformações promovidas pelos moradores não se restringem à própria moradia; envolvem também os espaços públicos conferindo-lhes novos usos e funções, imprevistos no projeto original”. Inegavelmente elas buscam adaptar o espaço para necessidades e anseios não previstos.

Eis o caso dos moradores-comerciantes que modificam os apartamentos ou constroem um ponto no espaço coletivo do Conjunto. Estas transformações respondem a ausência de espaços de comércio, mesmo que no período de cadastramento fosse identificado que o beneficiário já exercia a atividade no seu antigo local de moradia. Principalmente sobre as construções e reformas, estas possuem impacto na vida dos vizinhos ou até mesmo de todos os moradores, como os vazamentos ocasionados pela reforma no apartamento de cima; ou a construção indiscriminada nas calçadas, seja para fazer um ponto de comércio, seja para aumentar o apartamento localizado no térreo, o que tende a gerar conflitos entre os moradores, “pois estas áreas pertencem a todos e nem sempre a apropriação física dos espaços ocorreu levando em conta o direito que cada morador tem sobre a parcela ideal do terreno” (LEITÃO & ANDRADE, 2007, p. 15).

A ausência de acompanhamento na pós-ocupação incentiva as mudanças, que, a princípio, são vetadas pelo termo de permissão de uso. O setor de habitação alega falta de funcionários para fazer o acompanhamento dos conjuntos já entregues, reforçando a prática comum de remoção e abandono. Ou, então, quando há algum acompanhamento, não são executadas medidas corretivas aos pontos de conflito. Um exemplo foi a ação conjunta entre polícia e prefeitura, um tentando dismantelar o tráfico dentro do conjunto, já o outro realizando recadastramento para averiguar a situação geral do Conjunto Habitacional Matadouro. O resultado é que 54 imóveis estavam em situação irregular: 17 estavam vazios; 2 emprestados; 6 alugados; 6 foram vendidos; e 23 foram trocados. Isso sem contar os que estavam funcionando como ponto comercial⁹¹. Essa ação gerou muita insegurança e especulação sobre as medidas corretivas que seriam adotadas pela prefeitura, no entanto, nada foi feito. Tanto o tráfico como as irregularidades persistiram.

⁹¹ Conjunto habitacional em Campos apresenta uma série de problemas. <http://intertvonline.globo.com/rj/noticias.php?id=9307>. Publicado em 21/05/2010.

Considerações finais

O tratamento das questões de pesquisa buscou analisar como beneficiários da política habitacional utilizam a casa popular para usos econômicos. Desta forma, o objetivo foi compreender as disposições práticas envolvidas na elevação da casa como um forte instrumento de reprodução. A pesquisa focou a utilização econômica do lar no Conjunto Habitacional Matadouro, aparelho da política de habitação municipal destinada à remoção de famílias que viviam em situação habitacional precária.

As estratégias de sobrevivência dos pobres são variadas, perpassam por circuitos distintos do mercado, ora no formal, ora no informal. Almejam a estabilidade e a autonomia e utilizam de todos os recursos e forças para alcançá-los. A casa é um bem, que além da função de moradia ganha outras atribuições. Com “um jeitinho” e pouco investimento se pode arrumar uma estante no quatinho, abrir a janela, fazer uma placa e vender doces. Reunindo esforços se pode expandir, e expandir, neste caso, significa expor mais mercadorias, diversificar o negócio. A melhora de vida “vem aos poucos”, é muito lenta e quase imperceptível. Ainda assim, a estabilidade no emprego, a carteira assinada e a aposentadoria não são descartadas.

Foi verificado que os sujeitos desta pesquisa encontram forte motivação para práticas comerciais, que se espalham por todo o interior do conjunto, seja com a utilização de um dos cômodos do apartamento ou com a construção de pontos de negócios no pátio interno do conjunto. Dentre as práticas comerciais ilustradas, figuram exclusivamente bares e mercearias.

Ressalta-se que as práticas econômicas dentro do lar apontadas neste trabalho não são exclusividade dos moradores do Conjunto Habitacional Matadouro; elas também são observadas em outros conjuntos habitacionais, pela extensão da favela do Matadouro, e, como ilustrado, mesmo quando moravam nos barracos, alguns moradores já desenvolviam práticas de comércio nos próprios barracos ou em trailers. Ademais, por toda a cidade é possível observar a adaptação de uma parte da casa em ponto de comércio ou prestação de serviços. Às vezes a garagem vira atelier de costura ou salão de cabeleireiro, a varanda vira um bar ou restaurante.

O detalhamento das atividades desenvolvidas pelos moradores comerciantes demonstra que a trajetória habitacional destes sujeitos é permeada de contínuos deslocamentos, seja de uma comunidade à outra, ou de uma cidade à outra. Suas habitações, anteriormente precárias, não se diferenciavam muito de suas ocupações, instáveis e flutuantes entre a formalidade e a informalidade. A capacidade de empreender destas pessoas não foi apenas proporcionada pela concessão dos apartamentos. Muitas já desenvolviam atividades informais, nos barracos, em trailers ou como ambulantes nas ruas. Outras adquiriram *know how* em experiências de trabalho anteriores, o que lhes permitiram optar pela alternativa do trabalho por conta própria. Contudo, tem-se considerado que a nova condição de moradia em um Conjunto Habitacional deu um fôlego e alguma estrutura aos seus negócios, eles enxergam a possibilidade de crescimento e investimento no negócio.

Todavia, a condição econômica dos indivíduos beneficiados com a política habitacional raramente apresenta melhoria em decorrência exclusiva da concessão ou financiamento da casa. Ao contrário, muitas vezes, a mudança para um conjunto habitacional implica em desdobramentos de efeitos econômicos negativos, como a distância do trabalho, gasto com locomoção e custos com serviços públicos de água e luz (PERLMAN, 1977; VALLADARES, 1978).

Desta forma, o estudo sobre os usos econômicos do lar em conjuntos habitacionais não sugere que a mudança para o conjunto signifique a oportunidade fundamental para o desenvolvimento da atividade econômica, pois a maioria dos entrevistados, que desenvolve atividades econômicas no Conjunto, já desenvolvia tais atividades antes da concessão da casa. Se hoje atuam como comerciantes, ambulantes ou prestadores de serviços, foi comprovado que já exerciam tais atividades antes da remoção para o Conjunto. Ambos, trabalho e moradia eram muito precários. A continuidade da atividade foi favorecida com a mudança para o conjunto habitacional, inclusive com a chegada de novos “empreendedores”, tanto que a pesquisa de Oliveira (2009) mostra que dentre as quatro principais formas de geração de renda estavam a atividade de comércio e a venda ambulante⁹², formas de garantir renda muito comum no setor

⁹² Outras fontes de geração de renda citadas foram: serviço de diarista e arrecadação previdenciária (aposentadoria ou pensão) (OLIVEIRA, 2009).

informal, na vertente voltada para a comunidade dos pobres, que contém grande corpo de mão-de-obra subempregada⁹³ (DAVIS, 2006).

Foi percebido que o desenvolvimento do negócio estava condicionado a capacidades individuais de investimento e articulação. Seja pelos acordos com pessoas influentes dentro do conjunto para a construção no pátio interno, seja pela capacidade de angariar recursos financeiros para o investimento. Muitos entrevistados demonstraram que para o início da atividade foi fundamental o uso de linhas de créditos bancários (empréstimos) ou utilização do recurso do FGTS.

Também observado que a união de lar e negócio compreendia a utilização, na maioria das vezes, da mão de obra familiar, sem acordos pré-estabelecidos de remuneração ou jornada de trabalho.

Mesmo possuindo seus próprios negócios, alguns entrevistados desejam possuir um emprego formal e/ou tocar o negócio nos horários de folga, demonstrando o desejo pela segurança dos direitos previdenciários. Isto também reflete que os comércios, principalmente bares, não são totalmente satisfatórios, pois trazem infortúnios pela venda de bebidas. Além disso, sendo o local de comércio o mesmo da moradia, algumas vezes os comerciantes são incomodados em horários fora de funcionamento.

Outro ponto destacado é referente às modificações empreendidas pelos moradores para a realização das práticas de comércio dentro do conjunto. Estas modificações, reformas e construção, são vetadas pelo poder público, que, não obstante, não realiza medidas fiscalizadoras ou punitivas. Diretamente estas modificações refletem a inadequação entre o projetado e o vivido, já que o poder público ignora as características econômicas e sociais da moradia e interpreta as modificações feitas pelos moradores como degradação.

Esta situação reflete que o poder público não considera a criatividade e capacidade dessas populações no momento de construir os conjuntos. A falta de linearidade dos projetos habitacionais, bem como o fato de engenheiros e arquitetos ignorarem as

⁹³ Em sua obra, Davis (2006) alerta sobre a visão semi-utópica que envolve o conceito de informalidade. Para ele, o crescimento da informalidade é uma explosão do desemprego ativo, onde há ausência do poder de barganha, de regulamentos, direitos e contratos formais. Assim, grande parte dos inseridos no mercado informal estão à margem do empreendedorismo dinâmico, convivendo continuamente com a exploração e com a desigualdade crescente.

necessidades da população quando do planejamento dos conjuntos, é uma constante. A situação é agravada com a instabilidade política da cidade, que faz com que os quadros funcionais, os programas municipais e os modelos de política sejam constantemente modificados. Neste caso, quem perde é a população. Enquanto alguns conjuntos foram construídos com áreas destinadas ao comércio, tratamento de esgoto, posto médico e creches, outros nem áreas de lazer possuem, como é o caso do Conjunto Habitacional Matadouro.

E mais, o estudo da política habitacional do município revela a prática de remoção e abandono, e a dignidade prometida com a concessão da casa fica cada vez mais distante. O fato é que os espaços de diálogo entre a população e o setor de habitação são limitados, e quando a população chega a reivindicar melhorias e reparos, passa de vítima à culpada: “a culpa é do mau-uso”. Na fala da ex-presidente da Associação de Moradores do Matadouro, a população é muito acostumada com práticas assistencialistas, “buscam ajuda com políticos, nas igrejas, e até mesmo pensam a Associação de Moradores com fim assistencialista, que tem sempre a obrigação de fazer ou dar alguma coisa⁹⁴”.

Em suma, intentou-se neste trabalho explicar como a casa, fruto de uma política habitacional, é, também, um bem de reprodução, focando na capacidade dos moradores de um conjunto habitacional de adaptar e criar condições para práticas de comércio dentro de suas casas, ou no espaço de uso coletivo do conjunto.

⁹⁴ Cadernos de Campo, 21 de julho de 2010

Referências

- ABRAMO, Pedro. Característica de funcionamento do mercado informal de solo urbano: uma perspectiva latino-americana. In: *Lincoln Institute of Land policy – Programa para América Latina e El Caribe*. 2002.
- ANDRADE, Luis Aureliano Gama de; AZEVEDO, Sergio de. *Habitação e Poder: da Fundação da Casa Popular ao Banco Nacional de Habitação*. Rio de Janeiro, Zahar, 1982.
- ARRETCHE, Marta T. S. Relações federativas nas políticas sociais. In: *Educ. Soc.*, Campinas, v. 23, n. 80, setembro/2002.
- ARRUDA, Ana Paula Serpa Nogueira. Ocupação nas ruínas do antigo Matadouro Público. Análise sobre a expansão da favela do Matadouro. Trabalho monográfico apresentado ao curso de Ciências Sociais. Campos do Goytacazes, UENF, 2006.
- ARRUDA, Ana Paula Serpa Nogueira. *Política habitacional e remoção de favelas em cidades de porte médio: a experiência do conjunto habitacional Aldeia em Campos dos Goytacazes. Dissertação de mestrado em políticas sociais*. Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Campos dos Goytacazes, 2009. Orientação: Hernán Armando Mamani.
- AZEVEDO, Sérgio de. Desafios da Habitação Popular no Brasil: políticas recentes e tendências. In: *Coleção Habitare - Habitação Social nas Metrôpoles Brasileiras - Uma avaliação das políticas habitacionais em Belém, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro e São Paulo no final do século XX*. 2007.
- BILONDO, Kátia Valéria B. A. Da cesta à renda: um estudo de caso do benefício de prestação continuada. Dissertação de mestrado em Política Social – Universidade Federal Fluminense, 2006.
- BLAY, Eva. *A luta pelo espaço: textos de sociologia urbana*. Petrópolis, Vozes, 1979.
- BOURDIEU, Pierre. *Razões práticas: Sobre a teoria da ação*. Campinas, Papirus, 1996.

BURGOS, Marcelo Baumann. Cidade, territórios e cidadania. In: DADOS – Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, Vol. 48, n.1, 2005.

BURGOS, Marcelo Baumann. Dos parques proletários ao favela-bairro. In: ZALUAR, Alba; ALVITO, Marcos. Um século de favela. Rio de Janeiro: FGV, 1999.

CAMPOS DOS GOYTACAZES. *Lei n. 7.972, de 31 de março de 2008*. Campos dos Goytacazes : Câmara Municipal, promulgada em 27 de novembro de 1998.

CARDOSO, Adauto Lúcio. Avanços e desafios na experiência brasileira de urbanização de favelas. In: *Cadernos Metrópole*, n. 17, 2007.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. O Espaço Urbano: Novos Escritos sobre a Cidade. São Paulo: Labur Edições, 2007, 123p.

CARNEIRO, Auner Pereira; AZEREDO, Fillipe Godoy; MACIEL, Felipe Manhães; LEANDRO, Wiara Pessanha. *Desenvolvimento urbano e efetividade dos instrumentos urbanísticos na concepção do direito à cidade: reflexões jurídicas acerca do plano diretor do município de Campos dos Goytacazes. 1988-2005*. Relatório Final apresentado ao Programa de Fomento à Pesquisa da Fundação Estadual do Norte Fluminense, como requisito essencial para o cumprimento dos deveres institucionais relacionados ao projeto em comento. Campos dos Goytacazes, 2006. (Arquivo PDF)

CARVALHO, Marcelo Barbosa. *Proximidade espacial e distanciamento social: determinantes da segregação sócio-espacial, a percepção entre segregados e auto-segregados – Um estudo de caso sobre a favela do Matadouro e seu entorno*. Dissertação de mestrado em políticas sociais. Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Campos dos Goytacazes, 2004. Orientação: Teresa de Jesus Peixoto Faria.

CASTELLS, M. *A questão urbana*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

CAVALCANTI, Lauro & GUIMARAENS, Dinah. *Morar: a casa brasileira*. São Paulo, Avenir, 1984.

CORRÊA, R. L. *O espaço urbano*. Série Princípios. 3ª ed. São Paulo: Editora Ática. 1995.

CRESPO, Antônio Pedro Albernaz & GUROVITZ, Elaine. A pobreza como um fenômeno multidimensional. *RAE-eletrônica*, Volume 1, Número 2, jul-dez/2002.

CRUZ, José Luis Vianna da. Modernização produtiva, crescimento econômico e pobreza no Norte Fluminense (1970-2000). In: PESSANHA, Roberto Moraes e SILVA NETO, Romeu (org). *Economia e desenvolvimento no Norte Fluminense: da cana de açúcar aos royalties do petróleo*. Campos dos Goytacazes, WTC Editora, 2004.

D'OLIVEIRA, Sonia Azevedo Le Cocq. *As Áreas de Especial Interesse Social em Campos dos Goytacazes*. Rio de Janeiro : PROURB/FAU/UFRJ/CNPQ, 2002.

DAVIS, Mike. *Planeta Favela*. São Paulo, Boitempo, 2006

ELIAS, Norbert. *Os estabelecidos e os outsiders: Sociologia das relações a partir de uma pequena comunidade*. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

EMILIANO, Elisamara de Oliveira. *Legislação para habitação de interesse social: Um estudo de caso do município de Campinas*. Dissertação para obtenção do grau de mestre em Urbanismo. Campinas – SP. PUC – Campinas, 2006.

FARIA, Teresa de Jesus Peixoto. *O plano urbanístico de 1944: uma nova ordem sócio-espacial para a cidade de Campos dos Goytacazes*. In GANTOS, Marcelo Carlos (org). *Campos em perspectiva*. Rio de Janeiro : Papel Virtual/UENF, 2004.

FARIA, Teresa Peixoto. Configuração do espaço urbano da cidade de campos dos goytacazes, após 1950: novas centralidades, velhas estruturas. *Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina* – 20 a 26 de março de 2005 – Universidade de São Paulo.

HARVEY, David. *A Condição Pós-Moderna*. São Paulo; Edições Loyola, 1992

LAGO, L.C. *Desigualdades e segregação na metrópole: O Rio de Janeiro em tempo de crise*. Rio de Janeiro: Editora Revan. 2000.

LAUTIER, Bruno. *Informalidade das relações de trabalho e cidadania na América latina*. In: Cadernos CRH. Salvador, n. 18, p. 5-48, 1993.

LAVINAS, Lena. Pobreza e exclusão: traduções regionais de duas categorias da prática. In: *Econômica*, v. 4, n. 1, junho 2002.

LEFEBVRE, Henri. *O direito à cidade*. São Paulo, Moraes, 1991

LEITÃO, Gerônimo & ANDRADE, Luciana da Silva. Transformações na paisagem urbana: favelização de conjuntos habitacionais. *Anais XII encontro da associação nacional de pós-graduação em planejamento urbano e regional*. Belém, 21 a 25 de maio de 2007.

LIMA, Adson C. Bozzi Ramatis. *Habitare e Habitus – um ensaio sobre a dimensão ontológica do hábito de habitar*. In: *Arquitextos*, n. 091. Rio de Janeiro, 2007.

LIMA, José Luiz de Souza. *Empreendedorismo social: uma perspectiva de cidadania social e uma alternativa de trabalho e renda nos espaços populares*. Dissertação de mestrado em Sociologia e Política. PUC, Rio de Janeiro, 2008.

MACHADO DA SILVA, Luiz Antonio & CHINELLI, Filipina. Velhas e novas questões sobre a informalização do trabalho no Brasil atual. *Contemporaneidade e Educação*. Ano II, nº 1, maio, 1997. (P. 24-45)

MACHADO DA SILVA, Luiz Antonio. Estratégias de vida e jornada de trabalho. In: *Condições de vida das camadas populares*. Rio de Janeiro, ZAHAR, 1984.

MACHADO DA SILVA, Luiz Antonio. Violência urbana, sociabilidade violenta e agenda pública. In: MACHADO DA SILVA, Luiz Antonio (org.) *Vidas sob cerco: violência e rotina nas favelas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL. CRAS, um lugar de (re)fazer histórias. *MDS*. Brasília, Ano 1, n. 1, 2007.

MOTA, Carla G. S. & MAMANI, Hernán Armando. Segregação interna e criminalização: O caso da Favela e do Conjunto Habitacional Matadouro. *XV Congresso Brasileiro de Sociologia – SBS*. 26 a 29 de julho 2011. Curitiba/PR.

NORONHA, Eduardo G.. “Informal”, ilegal, injusto: percepções do mercado de trabalho no Brasil. *RBCS* Vol. 18 nº. 53 outubro/2003

NUNES, Débora. *Pedagogia da Participação – Trabalhando com comunidades/* tradução Ciro Sales; Salvador: UNESCO/ Quarteto, 2002.

OLIVEIRA, Julio Cezar Pinheiro de. *Estado Local como produtor e modelador do espaço urbano: um estudo de caso das políticas municipais de habitação em Campos dos Goytacazes. Dissertação de mestrado em políticas sociais.* Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Campos dos Goytacazes, 2009. Orientação: Marcos Antonio Pedlowski.

OLIVEIRA, Julio Cezar Pinheiro; PEDLOWISKI, Marcos A.; ALMEIDA, Claudiméia do Rosário. Políticas municipais de habitação popular e a produção do espaço urbano em Campos dos Goytacazes/RJ. *XIV Congresso Brasileiro de Sociologia* 28 a 31 de julho de 2009, Rio de Janeiro (RJ).

PERLMAN, Janice. *O mito da marginalidade - favelas e política no Rio de Janeiro.* Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.

PESSANHA, Roberto Moraes. Favelas e comunidades de baixa renda no município de Campos dos Goytacazes (1991–2000). In: PESSANHA, Roberto Moraes e SILVA NETO, Romeu (org). *Economia e desenvolvimento no Norte Fluminense: da cana de açúcar aos royalties do petróleo.* Campos dos Goytacazes, WTC Editora, 2004.

PESSANHA, Roberto Moraes. Favelas/Comunidades de baixa renda no município de Campos dos Goytacazes. Observatório Socioeconômico da Região Norte Fluminense. *Boletim nº 5.* CEFET. Campos dos Goytacazes, 2001.

POLHMANN, Maria Alice. *Histórico do processo de favelização do Matadouro – Levantamento feito para projeto de extensão “integração sócio-espacial, qualidade de vida e cidadania”.* Campos dos Goytacazes, UENF, 2004. (documento Word)

PÓVOA, Fabiana Machado Rangel. *A municipalização da política de habitação popular em Campos dos Goytacazes – RJ (1989-2001).* Dissertação para obtenção do grau de mestre em Políticas Sociais. Campos – RJ. Universidade Estadual do Norte Fluminense, 2002.

RAMOS, Margarete da Silva. Habitação e saneamento: Indicadores no contexto do petróleo. *Revista Visões* 5ª Edição, Nº5, Volume 1 - Jul/Dez 2008

RIBEIRO, Glayds Sabrina. “Por que você veio encher o pandulho aqui?” Os portugueses, antilusitanismo e a exploração das moradias populares no Rio de Janeiro da República Velha. *Análise Social*, vol. xxix (127), 1994 (3.º), 631-654.

SANTOS, Cláudio Hamilton M. *Políticas Federais de habitação no Brasil: 1964/1998*. Texto para discussão nº. 654. IPEA, 1999.

SEN, Amartya K. *Desenvolvimento como Liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SIMÕES, Soraya Silveira. *Cruzada São Sebastião do Leblon: Uma etnografia da moradia e do cotidiano dos habitantes de um conjunto habitacional na Zona Sul do Rio de Janeiro*. Niterói: UFF, Tese de doutorado em Antropologia, PPGA, 2008.

SOARES, Antonio & ESPINHEIRA, Carlos Geraldo. Conjuntos Habitacionais em Salvador-Ba e a transitória inserção social. *Revista de Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo*, n. 2. USP. São Paulo, 2006.

SOARES, Antonio Mateus de Carvalho. *Apropriação do espaço urbano e sociabilidades: uma análise comparativa de Três conjuntos habitacionais em Salvador - BA*. XII Encontro da associação nacional de pós-graduação e pesquisa em planejamento urbano e regional, Belém, 2007.

STAM, G.; DESIDÉRIO, M.; VENANCIO, R.; SCHLEGEL, R. Conjunto Habitacional: Uma utopia que virou ruína. *DiverCIDADE – Revista Eletrônica do Centro de Estudo da Metrópole*. 2008. Disponível em: <http://www.centrodametropole.org.br>

UNESPciência. Pobres cidades ricas. 5ª Ed. Fevereiro, 2010

VALLADARES, Lícia do Prado. Passa-se uma casa: análise do programa de remoção de favelas do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, Zahar, 1978.

VALLADARES, Lícia. Os dez mandamentos da observação participante. Resenha de WHYTE, William Foote. Sociedade de esquina: a estrutura social de uma área urbana pobre e degradada. Tradução de Maria Lucia de Oliveira. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2005. 390 páginas. IN: *Revista Brasileira de Ciências Sociais* - VOL. 22 Nº. 63, 2007.

VILLAÇA, F. *Espaço intra-urbano no Brasil*. São Paulo: Studio Nobel: FAPESP: Lincoln Institute, 2001.

Anexos

Questionário aos Moradores Comerciantes.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE FLUMINENSE – DARCY RIBEIRO
CENTRO DE CIÊNCIAS DO HOMEM
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS SOCIAIS

**Usos econômicos de residências populares do Conjunto habitacional Matadouro
em Campos dos Goytacazes - RJ.**

**Comércio informal (dentro e fora do conjunto) e Atividades rentáveis
desenvolvidas dentro do lar.**

I- O processo de remoção

1- Onde você morava antes? (se morou em mais de um lugar, citá-los).

2- Quando foi a mudança para o conjunto? Fale um pouco desse processo.

3- Você está satisfeito com sua moradia? () sim () não Por quê?

3- Qual a atuação da prefeitura no controle e manutenção do conjunto?

II- Trajetória Ocupacional

1- Como e quando começou a exercer este trabalho?

2- Em que tipo de trabalho você exercia antes?

III- Avaliação do trabalho

1- Este é um bom trabalho? () Sim () Não () Outros
Por quê?

2- Gostaria de mudar de trabalho? () Sim () Não () Outros
Se sim, para qual?

IV- Atividade

1- O que você vende / produz?

2- Quem é seu cliente?

3- Onde desenvolve sua atividade?

4- Que tipo de investimento foi necessário para o início desta atividade?

5- Quantas pessoas trabalham diretamente com você?

6- Além deste trabalho, desenvolve outro tipo de atividade? Qual?

V – Socioeconômico

1- Quantas pessoas vivem da sua renda?

2- A renda adquirida é suficiente para sustentar você e sua família? Por quê?

3- Além da política de habitação, você foi ou é beneficiário de algum outro programa social? Qual?

VI – Convivência e organização dentro do conjunto

1- O Matadouro é um bairro ou uma favela? Por quê?

2- Como é a convivência entre os moradores do conjunto?

3- E com os demais moradores do Matadouro?

4- Você identifica algum tipo de organização ou liderança? Quais?

Roteiro de Perguntas Sobre a política habitacional de Campos dos Goytacazes e o Conjunto Habitacional Matadouro.

Sobre a política habitacional do município:

- 1- Como se define a política habitacional de Campos dos Goytacazes?
- 2- Quais são os programas habitacionais da prefeitura?
- 3- O atual programa habitacional da prefeitura, Morar Feliz, é a promessa para o fim do déficit habitacional com a construção de 10 mil moradias populares. Quantas unidades habitacionais serão entregues até o final de 2011?
- 4- Qual o prazo para entrega das 10 mil casas?
- 5- Qual a principal forma de financiamento do programa Morar Feliz? Há convênios com o governo estadual ou federal?
- 6- Com a entrega das casas, o Morar Feliz esta erradicando algumas favelas do município. Quais as favelas foram total ou parcialmente erradicadas?
- 7- O setor de habitação possui outros programas habitacionais, como a concessão de aluguel social e vale construção, com o morar feliz a demanda por estes programas diminuiu?
- 8- Qual critério adotado para a distribuição das casas populares?
- 9- Até o momento quanto foi investido em políticas habitacionais, principalmente para construção de conjuntos?
- 10- A secretaria municipal faz algum controle ou manutenção nos conjuntos já entregues, incluindo os conjuntos construídos em gestões anteriores?
- 11- Há um termo de permissão de uso disponibilizado para quem é contemplado pela casa popular, é possível disponibilizar uma cópia deste termo?
- 12- Se não for possível destinar uma cópia do termo de permissão de uso, diga quais as recomendações contidas neste termo.
- 13- Sobre o desrespeito ao termo de permissão de uso (aluguel ou venda do imóvel, modificações, etc.), quais as medidas tomadas por esta secretaria nestes casos?
- 14- Em alguns conjuntos há incidência do tráfico de drogas, e outras irregularidades, como a secretaria media estes conflitos?
- 15- Nota-se que os conjuntos habitacionais do município possuem projetos diversificados, alguns são dotados de infra-estrutura como postos de saúde, creches, postos policiais, etc. Enquanto outros não. Como são definidos estes projetos, e a inclusão de outros serviços dentro dos conjuntos?

Sobre o Conjunto Habitacional Matadouro:

- 1- A construção do Conjunto Habitacional Matadouro fez parte do Programa Pode entrar que a casa é sua, mas também recebeu verbas federais, como as vindas do PAC para reurbanização em assentamentos precários (R\$ 5.400,000,00). Qual o valor total da obra do conjunto habitacional do matadouro?
- 2- Além de verbas da prefeitura e do PAC, quais as outras fontes de financiamento?
- 3- Como foi feito o cadastramento para concessão dos apartamentos, os critérios utilizados e as prioridades?
- 4- Muitos moradores fizeram modificações no interior do conjunto e dentro dos apartamentos, qual a postura da secretaria sobre esses casos?
- 5- A pesquisa se volta para moradores que utilizam do apartamento ou do espaço coletivo do conjunto para práticas de comércio, como a secretária encara estes moradores-comerciantes? É permitido? Ilegal? Quais são as medidas tomadas?
- 6- Na época da construção do conjunto, foi prometida a construção de uma praça com espaço para práticas esportivas, porém, até hoje não foram iniciadas as obras. Há intenção de cumprimento com esta promessa?
- 7- É notória a atuação do tráfico de drogas dentro do conjunto, inclusive com denúncias que traficantes haviam invadido apartamentos e expulsado moradores. Esta secretaria tem conhecimento sobre o assunto? Quais providências são tomadas?

Morar Feliz beneficia mais de 3.100 famílias em Campos

Na noite de ontem, 172 casas foram entregues na Penha

A prefeita de Campos, Rosinha Garotinho inaugurou na noite de ontem (21) mais 172 casas do Programa Morar Feliz no Bairro da Penha, que corresponde a segunda etapa do programa no bairro, que tem um conjunto habitacional do programa com 370 unidades, numa área que foi desapropriada em área contígua ao Condomínio Vivendas da Penha I e Vivendas II. Ao todo já são 3.180 casas do Programa Morar Feliz, que compreende a construção de conjuntos habitacionais para famílias de baixa renda, mas dotados de infraestrutura completa, que conta com sistema de drenagem e rede de coleta de esgoto que é bombeado para Estações de Tratamento de Esgoto (ETEs), ruas asfaltadas, calçadas padronizadas com acessibilidade para deficientes físicos, quintais gramados e síndicos comunitários para administrar problemas dos moradores, que foram retirados de áreas de risco ou de casas insalubres ou com estrutura comprometida.

As 172 casas que foram entregues pela prefeita Ro-



Jônatas Manhães - PMCG

Fátima, mãe de sete filhos, disse que nova casa na Penha marca a transição para uma vida diferente

sinha Garotinho contemplam também, com a casa própria, famílias que estavam morando em casas do Programa Aluguel Social, que beneficia pessoas sem condições de pagar aluguel.

Mesmo com a chuva que cai sobre a cidade nos últimos dias, a mudança das famílias da Comunidade da Ilha, no distrito de Ururá, foi feita de acordo com o cronograma traçado. "Sempre atrasa mais um pouco com a chuva, mas as mudanças acon-

teceram normalmente", informou o subsecretário de Defesa Civil, major Edison Pessanha, que acompanhou de perto os trabalhos das mudanças.

Das 172 famílias que foram removidas quatro delas receberam casas com acessibilidade, para portadores de deficiências. Em cada conjunto habitacional, 20% das moradias são adaptadas com acessibilidade para deficientes físicos, com rampas, portas largas, e

nos banheiros, corrimões e assentos especiais para banho.

Fabiana Abreu de Souza se mudou com os quatro filhos para o bairro e comemora. Ela é viúva e disse que, agora, vai ganhar em qualidade de vida.

"Estamos nos acostumando com a vida no novo bairro. Só tenho a comemorar e agradecer à prefeita Rosinha Garotinho, pois agora tenho a minha casa e isso não tem preço", declarou.

Conjunto habitacional em Campos apresenta uma série de problemas

O Ministério Público recebeu uma denúncia que traficantes estão expulsando os moradores do conjunto habitacional.

O conjunto foi construído pela prefeitura para moradores carentes que viviam em áreas de risco. Entregue há três anos a Portelinha já apresenta uma série de problemas.

A presidente da associação de moradores do bairro Matadouro, onde fica o conjunto habitacional, conta que o poder público só vem aqui em ações policiais.

Mas os problemas na Portelinha vão além da estrutura: o Ministério Público recebeu uma denúncia dizendo que traficantes estão expulsando os moradores do conjunto habitacional para transformar o local em um grande ponto de venda de drogas. No último sábado a polícia esteve no conjunto habitacional e realizou uma mega operação.

Mais de 150 homens das policias civil e militar participaram da ação. Com mandados de busca todos os 265 apartamentos do conjunto foram revistados. Nossa equipe acompanhou - com exclusividade - todo o trabalho que começou as 3 da madrugada, os policiais encontraram drogas, armas, munições, equipamentos eletrônicos e até uma central clandestina de tv a cabo .

A prefeitura foi chamada para fazer um recadastramento dos moradores para e saber se quem ganhou o imóvel está morando aqui ou foi expulso pelo tráfico.

Os números saíram hoje.

54 imóveis,(20,37%) apresentaram algum tipo de irregularidade:

17 estão vazios

2 estão emprestados,

6 alugados,

6 foram vendidos,

e 23 foram trocados. Isso sem contar os que estão funcionando como ponto comercial.

Cada caso será analisado separadamente e quem estiver errado pode perder o imóvel. A prefeitura não garante a volta de quem foi expulso pelo tráfico, mas promete apoio.